



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

**Ata nº02/2023**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----  
Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022. INFORMAÇÃO Nº08/DGF/2023; -----

PONTO 4 – APROVAÇÃO DAS MINUTAS DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO CONJUNTO DE BENS, IMÓVEIS E TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. PROPOSTA N.º 33/GAPV/23; -----

PONTO 5 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL REFERENTE AO ANO 2022. TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL; -----

PONTO 6 – PROPOSTA NO ÂMBITO DA ALTERAÇÃO AO “REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CHAVES”. PROPOSTA N.º 34/GAPV/2023; -----

PONTO 7 – PROPOSTA DE REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAVES (CMSC). PROPOSTA N.º 27/GAPV/2023; -----

PONTO 8 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAVES (CMSC); -----

PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA AO APOIO NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS. / APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 30/GAPV/2023, C/ALTERAÇÃO; -----

PONTO 10 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – PLANEAMENTO E GESTÃO DE FUNDOS EUROPEUS. PROPOSTA N.º 25/GAPV/2023; -----

PONTO 11 - ANÁLISE DOS RELATÓRIOS RELATIVOS AOS 2º E 3º SEMESTRES DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE METALOME, LDA. – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº05/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA 03.03.2023; -----

PONTO 12 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA CONDE DE LINHARES, SANTA CRUZ/TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 93/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 89/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/02/2023; -----

PONTO 13 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ESPELHOS NAS LOCALIDADES DE COUTO E AGRELA, FREGUESIA DE ERVEDEDO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO – PROCESSO Nº 95/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 90/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/02/2023; -----

PONTO 14 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DA CURTINHA, NA POVOAÇÃO DE CURALHA, FREGUESIA DE CURALHA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE CURALHA – PROCESSO Nº 180/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 135/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/03/2023; -----

PONTO 15 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NUMA CURVA DA E.M. 504, EM LAMA DE ARCOS, FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 126/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO FRANCISCO RODRIGUES ALVES, DATADA DE 01/03/2023; -----

PONTO 16 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DR. ANTÓNIO DE CARVALHO E SOUSA, EM SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, PEDIDO APRESENTADO ATRAVÉS DO PORTAL DA QUEIXA – PROCESSO Nº 188/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 136/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/03/2023; -----

PONTO 17 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NA RUA DA VÂRZEA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PEDIDO APRESENTADO PELO GABINETE DE ATENDIMENTO SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 204/23, INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 163/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO, BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/03/2023. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia, estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira e Francisco António Pinho Peixeiro. -----  
Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, Anabela Maria Neves Martins, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira.-----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Diamantino Francisco Maia da Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação do Presidente de Santo Estevão – António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz –Antero Luís Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Milena Sofia Vieira de Melo, pelo PSD, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS e Maria José Alves Portela, pelo PSD. Presidente de Junta de Freguesia: de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira Registou-se o pedido de suspensão de mandato, previsivelmente, até finais do mês de dezembro do corrente ano de 2023, da Deputada Municipal, Michelle Alexandra Rodrigues Costa, do PSD. -----

Registou-se o pedido do Estatuto de Independente, por motivos de desfiliação do Partido CHEGA, do Deputado Municipal, Vítor José Gomes. -----

Faltaram à reunião: -----

Deputado Municipal: João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Presidentes de Junta de Freguesia: de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais e de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e vinte minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

No uso da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Bom dia. Começo por saudar todos os membros desta Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os elementos que me acompanham na Mesa, o primeiro e o segundo secretário, os serviços de apoio à Assembleia, o público que, eventualmente, esteja presente e órgãos de comunicação social. ----- De seguida, o Presidente da Mesa passou a palavra ao 1º secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente, pedidos de substituições e pedido de suspensão que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até esta data. -----

Usou novamente da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**. Depois da leitura do expediente cumpre à Mesa também dar conhecimento a esta Assembleia aonde se fez representar, ou melhor, aonde esteve presente designadamente no tocante a estes convites: -----

Estivemos presentes nas Cerimónias Militares do Dia Festivo do Regimento de Infantaria nº 19; -----

Na inauguração da Exposição de Francisco Peixeiro “Ciclo de Pinturas dos nossos artistas”; -----

Na primeira reunião do Orçamento Participativo, a Mesa fez-se representar pelo 1º secretário, Anselmo Martins; -----

Na cerimónia de Juramento de Bandeiras do 3º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército que decorreu em Vidago; -----

Na Cerimónia de Comemoração do 49º aniversário do 25 de abril e com a Sessão Solene da Assembleia Municipal; -----

Nas Comemorações da Batalha de Laly, a Mesa fez-se representar pelo 1º secretário, Anselmo Martins. -----

Queria ainda salientar o facto de o Deputado Municipal eleito pelo CHEGA, Vítor José Gomes, ter pedido a desfiliação do CHEGA e ter passado à situação de Independente. Tal situação, provoca algumas alterações na questão da distribuição dos tempos, a Mesa, na sequência daquilo que tínhamos conversado na última Assembleia e depois de ouvirmos os Partidos que estiveram presentes na reunião de preparação para a Sessão Solene da Assembleia Municipal comemorativa do 49º Aniversário do 25 de abril convocada para o edifício da Câmara, chegou ao seguinte entendimento: -----

Quem passa a Independente, passa a ter o mínimo de 3 (três) minutos, o CDS que tinha 5(cinco) minutos, passa a ter 4 (quatro) minutos. Os restantes Partidos mantêm os tempos. -----

Estas alterações provocaram um pequeno incidente processual, se assim podemos chamar, é que passamos a ter no Período Antes da Ordem do Dia mais dois 2(dois) minutos que não estão previstos, não vamos, neste momento, retirar tempo ao PS e ao PSD para podermos compensar esta passagem de alguns elementos a Independentes. Pois se começasse a haver muitos Deputados a passar a Independentes, o PSD começava a reduzir o seu tempo disponível. Portanto, penso que esta solução é uma solução equilibrada, alguém discorda desta solução? Se alguém discorda, faça o favor de se pronunciar. Interpreto o silêncio como concordância. Portanto, vamos dar seguimento à reunião da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Ainda, neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

**António José dos Santos**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----  
Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vereadora e os senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público em geral, pessoal de apoio a esta Assembleia e outras pessoas que, porventura, estejam nesta sala. Feitas as apresentações e as saudações, queria também complementar outras saudações: a primeira saudação que gostaria de fazer era a todos os professores que diariamente lutam por uma vida melhor por eles e pelos alunos nas escolas. Queria também fazer uma saudação especial à minha escola que esta semana comemora a semana do Agrupamento e hoje, especificamente, comemora o dia da Escola António Granjo. Uma saudação também ao Grupo Desportivo de Chaves que assegurou matematicamente a manutenção na 1ª Liga. A manutenção do Grupo Desportivo de Chaves na 1ª Liga é importantíssimo para nós. Saudar também o Partido Socialista pela celebração dos seus 50 (cinquenta) anos. Queria, de seguida, dar duas notas; uma nota tem a ver com a plantação das 500 (quinhentas) árvores no Dia da Árvore que se realizou no início da primavera, nota de congratulação pelo trabalho desenvolvido e por aquilo que nós pudemos e podemos observar nos nossos passeios. A plantação de árvores é sempre um momento de registo e, portanto, bem hajam, a outra nota também de congratulação tem a ver com a limpeza do rio, principalmente na zona urbana da cidade, quando caminhamos pelas margens do rio, realmente não custa nada dizer que está um trabalho bem feito e que temos um espaço muito bonito. Continuando pela margem esquerda do rio Tâmega, no início de Outeiro Jusão, há ali uma zona de passadiços em madeira que dão continuidade à ciclovia. Há tempos, deparei-me com uma situação muito desagradável, aquela zona está muito degradada, foi construída uma vedação de proteção para separar a ciclovia dos terrenos dos respetivos proprietários. Contudo, a vedação, com a última inundações que houve, foi derrubada e, portanto, o que é que acontece? Está lá um espaço, numas centenas de metros, bastante degradado. Para quem ali passa, é desagradável. Foi dinheiro gasto inutilmente, agora vai gastar-se novamente dinheiro para pôr a vedação em pé. -----  
Portanto, penso que houve fraco planeamento, porque se fosse um planeamento bem feito, aquela vedação não poderia ter caído na primeira inundações que houve. A primeira cheia que houve no rio Tâmega, derrubou aquela estrutura, pois é, o lixo faz dessas coisas, tapou os buracos da vedação e depois a força da água derrubou-a. Portanto, esta situação deveria ter sido pensada muito melhor. Finalmente, gostaria apenas de fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara que tem a ver com o ponto de situação da delegação de competências ao nível da educação, eu digo ao nível da educação porque é a área que mais me diz respeito. Portanto, gostaria de saber se realmente esta delegação de competências está a correr bem ou se há alguns problemas. Obrigado. --

**João Manuel Almeida Pinto**, Presidente de Junta da **União das Freguesias da Madalena e Samaiões**, no uso da palavra disse: -----  
Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, caras e caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social e colaboradores da Município que dão apoio a esta Assembleia, bom dia a todos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*“O Turismo é indubitavelmente um dos grandes impulsionadores da economia do nosso país, mas com maior reflexo nos territórios do interior onde a indústria ainda teima em escassear, por vários fatores o litoral continua a ser mais atrativo, entre eles a oferta de mão-de-obra qualificada. -----*

*Em 2019 o número de visitantes a Chaves atingiu máximos históricos. Entretanto deu-se o surgimento da crise pandémica e durante 3 anos a queda foi astronómica. Com a pandemia a abrandar e o turismo novamente em recuperação em 2022 deu-se a invasão da Ucrânia originando uma crescente inflação, com valores a superar crises já vividas.*

*Apesar da guerra e das constantes especulações de mercados que normalmente originam uma forte receção económica transversal a todos os países, o turismo em Portugal e em Chaves mais concretamente, atingiu em 2022 o maior número de dormidas de sempre 230 000, ultrapassando os níveis históricos de 2019 (177 000). ---*

*É com estes números que podemos afirmar que Chaves é naturalmente um destino de eleição, verificando-se que há cada vez mais turistas apostar em Chaves e no Alto Tâmega e Barroso como destino, um turismo que oferece num só pacote, descanso, através do contacto com a natureza, onde se destacam paisagens magníficas, um rico património cultural e histórico, assim como a própria restauração, com produtos endógenos ímpares e que são também estes fortes motores de atração e desenvolvimento económico um pouco por toda a região, o nosso fumeiro, o nosso foliar, o pastel de Chaves e outros tantos produtos locais. -----*

*Apesar do grande impacto económico que o Turismo pode trazer para as regiões do interior, as cidades necessitam de outras valências e como tal torna-se necessário atrair instituições, empresas e acontecimentos que contribuam para uma dinâmica de crescimento socioeconómico e fixação de pessoas, de famílias, de forma a combater a desertificação na nossa região. -----*

*Uma certeza, porém, é que Chaves tem, nos últimos anos, conseguido reunir uma série de elementos que nos obriga a ser uma referência no Alto Tâmega e Barroso, e exemplo disso foi a implementação do Posto de Turismo de Chaves, que representa os 6 concelhos da nossa região, sendo este participado por todos em partes iguais. ----*

*Mas podemos também falar no AquaValor, um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água que atua, essencialmente, em torno da temática da água, nas suas várias vertentes, enquanto valor distintivo/identitário, agregador e potenciador de crescimento económico na sub-região do Alto Tâmega em várias áreas funcionais. ----*

*O recém-criado Comando Sub-regional de emergência e Proteção Civil do Alto Tâmega que foi em Chaves que foi instalado. -----*

*A Escola Superior de Saúde que após ser adquirida pela Cruz Vermelha se conseguiu resolver a questão do avultado passivo que apresentava e que punha em risco o seu funcionamento e continuidade. -----*

*Após longos anos de luta para que a UTAD entendesse manter o seu polo universitário em Chaves, criamos um outro caminho, que nos pode certamente oferecer mais e melhores serviços, mais e melhores garantias, o IPB, agora com o nome de Bragança Polytechnic University, que agora também lhe permite lecionar Doutoramentos, disponibilizou-se a implementar a Escola de Hotelaria e Bem-Estar, que já se encontra em funcionamento em Chaves com o curso de Fisioterapia a decorrer e que vê no seu horizonte a construção em Chaves do edifício para essa mesma escola, e desta forma poder almejar nos próximos anos, novos cursos. -----*

*A criação desta escola está em linha com a estratégia definida e apresentada pelos seis Municípios do Alto Tâmega em 2018, onde a Capacitação e a Incorporação de Conhecimento na valorização do Endógeno, foi, considerada como o eixo mais importante a desenvolver. -----*

*Em 2022 esteve também em destaque o Museu das Termas Romanas, que recebeu mais de 87000 visitantes. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*A forte ocupação do Parque empresarial, é também sinónimo de crescimento, de atração de empresas geradoras de emprego, que em regra correspondente à fixação de famílias. -----*

*Mas também ao nível dos eventos realizados ou promovidos pela Autarquia, em parceria ou participação e promoção se tem verificado uma grande dinâmica geradora de economia local. -----*

*Depois de termos recebido em Chaves “o Portugal Lés a Lés em 2020”, foi em também na nossa cidade que se comemorou no passado de 16 de abril, “o dia Nacional do Motociclista” organizado pela Federação de Motociclismo de Portugal, patrocinado pela CMC e que contou com a participação de mais de 10 000 motociclistas oriundos de vários pontos do país, foi sem dúvida um dia marcante para os participantes, mas também para o mercado da hotelaria e da restauração. -----*

*Já no próximo fim-de-semana, espera-nos o Festival do Bacalhau, “Integrado nos Fins-de-semana Gastronómicos promovidos pela Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal”, que conta este ano com a sua segunda edição e que depois “do sucesso da primeira”, no ano transato, se espera ultrapassar o número de visitantes nacionais e internacionais da estreia, que terá superado as “10 mil” pessoas. -----*

*Para terminar e em forma de conclusão, dizer que: é em torno da atração de organismos públicos, público-privados e das empresas privadas que é possível criar emprego e fixar pessoas, fixar famílias, como disse Isabel Ferreira, Secretária de Estado da Valorização do Interior: “Só podemos querer atrair pessoas para onde nós próprios gostaríamos também de ir viver, e só gostamos de viver onde temos emprego, serviços públicos e boas acessibilidades”. -----*

*Mas para que isso aconteça é necessário fazer acontecer, é necessário procurar e sermos apelativos para quem nos procura. -----*

*Chaves afirma-se a cada dia como uma referência, uma cidade estratégica na região do Alto Tâmega e Barroso, uma cidade de indústria e de serviços, mas também onde se realizam eventos culturais, musicais e gastronómicos de qualidade fruto do empenho e do investimento do Município, sendo também esta uma forma de atrair e atrair pessoas, dar a conhecer a nossa cidade e impulsionar a economia local e da região.” Obrigado. -----*

**António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -- Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, funcionários do município aqui presentes a todos saúdo e desejo um bom dia. -----

Depois de um outono e princípio de inverno bastante chuvoso, de um modo geral, em Portugal, assistimos, de novo, a um período em que a precipitação tem estado bastante aquém dos valores médios para a época. E nesta altura, estamos em finais de abril, começamos a antever problemas que virão a ocorrer, como se costuma dizer agora, na época dos incêndios, face ao estado de humidade da floresta e à falta da precipitação. Lembro-me que 2017 (dois mil e dezassete) foi o ano com a maior área ardida em Portugal nos últimos 50 (cinquenta) anos, com mais de meio milhão de hectares, já o ano passado com mais de cem mil hectares ardidos no País. Também aqui, no Alto Tâmega, e em particular o Município de Chaves, também sofreu com o que todos nós gostaríamos que não tivesse acontecido. Em resposta a esta situação de 2017 (dois mil e dezassete) e à semelhança do que este governo tem feito em muitas situações semelhantes que ocorrem, criou a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, a AGIF, que, em princípio, só começou a funcionar em 2019 (dois mil e dezanove). Foi esta AGIF que esteve na base da publicação do Decreto-lei nº 82/2021 de 13 de outubro, onde foram criadas as áreas prioritárias de prevenção e segurança, as APPS, sobre as quais se aplicam especiais medidas de proteção, algumas restrições e aplicação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

projetos específicos nos programas de ação de nível regional e sub-regional, conforme disposto nesta lei, estas áreas prioritárias de prevenção e segurança, abreviadamente designadas APPS, correspondem às classes de perigosidade de incêndio rural alta e muito alta tendo por base o mapa de perigosidade produzido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Estas áreas são divulgadas pela AGIF no seu sítio digital e também pelos municípios nos seus sítios digitais, e em lugares para amplo conhecimento dos cidadãos. Convém lembrar que desde a sua publicação que esta lei foi alvo de críticas de várias Comunidades Intermunicipais, Municípios e de uma Associação de Vítimas de Incêndios. Em julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), sai um Decreto que suspende a carta de perigosidade de incêndio rural, em consequência destas manifestações contra esta carta, foi publicado em Diário da República este Decreto em julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), ficando assim os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em vigor até março de 2023 (dois mil e vinte três) que foi o mês passado. Ou seja, está nas entrelinhas que depois de março de 2023 (dois mil e vinte e três), a partir de abril, estaria de novo em vigor esta carta de perigosidade. A criação deste horizonte temporal que terminou em março de 2023 (dois mil e vinte e três), de acordo com o documento, permite avaliar eventuais constrangimentos sentidos por alguns municípios na aplicação da carta de perigosidade de incêndio rural, em particular, quanto às restrições e condicionamentos aplicáveis às áreas prioritárias de prevenção e segurança. De acordo com o Decreto, as subcomissões regionais de gestão integrada de fogos rurais adaptam até 31/03/2023 às APPS a realidade territorial e necessidades de priorização das ações de proteção contra incêndios rurais segundo uma metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais. Esta metodologia foi aprovada agora em 24 de fevereiro deste ano, foi aprovada por unanimidade na reunião extraordinária da Comissão Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais. Senhor Presidente, queria perguntar, em que situação é que nós estamos perante esta trapalhada? Está em vigor a carta de perigosidade que foi suspensa até março de 2023 (dois mil e vinte e três)? Mantemos, eu acho que sim, os planos municipais de prevenção, mas, de alguma forma, em que pé é que estamos? Estamos alinhados com aquilo que vem desta AGIF, no fundo com o governo, que é uma metodologia que foi aprovada e que permitirá contribuir para a concretização da visão do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais? Sem colocar em causa o desenvolvimento social, económico e ambiental dos territórios? Esta metodologia parece ser muito semelhante àquela que, no fundo, foi rejeitada pelos municípios. ou então, como a própria Associação Nacional dos Municípios Portugueses fez saber na Assembleia da República, em julho do ano passado, que a melhor forma de melhorar a carta de perigosidade de incêndio rural, era mesmo fazê-la desaparecer, assim foi dito pela Associação Nacional de Municípios. -----  
Considerando que as autarquias já dispõem de instrumentos suficientes para prevenir os fogos e, portanto, era só para saber, não tanto de que lado é que estamos no meio desta trapalhada, mas de qual é o nosso posicionamento face àquilo que se antevê que possa ser um ano de novo complicado em termos de incêndios. De qualquer forma, também não deixar passar, dantes, em termos futebolísticos, dizia-se que prognósticos só no final do jogo, nomeadamente a questão dos fogos, só no final da época é que se sabia qual era a área ardida. Mas o ano passado, em agosto do ano passado, a senhora Secretária de Estado da Administração Interna surpreendeu-nos a dizer que tinha um algoritmo, tinha um algoritmo que face aos dados, à complexidade e à severidade meteorológica, até disse que estavam à espera que tivesse ardido mais, eu acho que estamos na altura e pode contar comigo para pedir ou exigir a senhora Secretária de Estado que nos diga qual vai ser a área ardida este ano? Muito obrigado. -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

**Vítor Carlos Teixeira Pimentel**, pelos **Independentes**, no uso da palavra disse: -----  
Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, também os restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, caras e caros Deputados, Presidentes de Junta, serviços de apoio aqui à Assembleia, público em geral e comunicação social. O tema que trago aqui hoje, é sobre o protocolo que existe há vários anos do Município de Chaves com a Associação Desportiva Flaviense, relativamente ao campo da Fonte do Leite? A Associação Desportiva Flaviense teve uma equipa inscrita na liga Inatel o ano passado, desenvolveu atividade nesse mesmo campo, este ano tem apenas uma equipa de futsal e, portanto, as instalações desportivas da Fonte do Leite estão vazias, estão ao abandono, estão sem prática para aquilo que deveriam servir. Infelizmente, todos reconhecemos que temos poucas instalações para o desenvolvimento desportivo dos nossos jovens. Portanto, durante uma sessão de cidadania em que tive oportunidade de estar presente no Agrupamento de Escolas António Granjo, a principal queixa dos nossos jovens sobre o nosso concelho, era exatamente a falta de espaços desportivos para que possam desenvolver as suas ações. Nós sabemos também que o desporto é uma forma de atrair população que nós queremos manter, que queremos fixar e que queremos fazer retornar, se um dia tiveram a necessidade de sair do nosso concelho. Quando falo disto, falo dos campos sintéticos, por exemplo, temos neste momento uma Associação que desenvolve a prática do desporto e que coloca mais de 200 (duzentas) crianças no sintético da Escola Nadir Afonso, todos reconhecemos, quer ao nível das instalações, quer ao nível de campo que não têm as condições mínimas para a prática desportiva, o que obriga a que todos os jovens com idade superior a 12 (doze) anos tenham que treinar ali, mas ao fim de semana têm que ir fazer os seus jogos no sintético de Vidago. Sentimos também a falta, e sentem os nossos jovens, a falta de uma pista de atletismo. Compreendendo que uma piscina é a ambição natural, a ambição normal, mas parece-me que é possível dissociar as duas situações e, portanto, fomentar também o desporto. Porque, a verdade, é que quanto mais se constroem campos para praticar desporto, menos necessidade de se construírem hospitais. Portanto, senhor Presidente, a única coisa que queria, era que fizessem um esclarecimento, se algum projeto, se alguma a situação está a ser pensada para o campo da Fonte de Leite? Muito obrigado. -----

**Vítor José Gomes**, pelos **Independentes**, no uso da palavra disse: -----  
*“Bom dia, saúdo o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, Professor Altamiro Claro, restantes membros da mesa, o senhor Presidente da Câmara de Chaves, Dr. Nuno Vaz, os senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta e todos os restantes presentes. Caros flavienses, na passada sexta feira dia 21 de abril, informei da minha decisão de passar a independente e não estar ligado a nenhum partido político. Desde 2021, dei a cara pelos Flavienses e pelo Partido Chega e fui eleito como Deputado Municipal do Partido, até então, nunca o Chega em Chaves teve concelhia e a Distrital é como se não existisse. Tenho dado a cara pelos flavienses que votaram em mim e continuarei a fazê-lo, mas como disse anteriormente, como independente, para estar só e sem apoio algum, faço-o como tenho feito até agora, mas só tenho que representar os flavienses e mais ninguém. Muito obrigado.”* -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia a todos. Naturalmente, o primeiro cumprimento é para o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois a senhora e o senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores aqui presentes, todos os distintos membros desta Assembleia Municipal, uma palavra de apreço às e senhores Presidentes de Junta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

das Uniões de Freguesias aqui presentes, também para a estrutura de apoio e, eventual, comunicação social que se encontre nesta sala. -----  
Queria saudar todas e todos e dizer que, de facto, é uma grata satisfação podermos em democracia realizar este tipo de iniciativas, porque elas só podem acontecer, porque, de facto, tivemos o 25 de abril de 1974. Só foi possível, depois de um período de quase 50 (cinquenta) anos de trevas, enfim, de escuridão, retornarmos à luz, à esperança e para a dimensão da democracia, da participação, da liberdade e da justiça social. De facto, a revolução, aquela madrugada revolucionária, enfim, comandada pelos militares, mas seguramente secundada e alimentada pela ânsia de liberdade de todo um povo, permite-nos, hoje, de facto, vivermos em democracia. -----  
Divergirmos, convergirmos, discutirmos, participarmos e intervirmos, enfim, fazemos acontecer e, sobretudo, num contexto de liberdade, isso é, de facto, o maior valor que temos que agradecer a todos quantos, à data, lutaram pela liberdade e hoje continuam a fazê-lo. De facto, essa não é uma conquista imutável, é algo que tem que ser diariamente defendido. Portanto, para todos nós que somos verdadeiramente democratas, que acreditamos que o desenvolvimento se faz em contexto democrático de liberdade, temos todos que continuar, não só, a agradecer, a invocar esse dia, mas também, ao mesmo tempo, trabalharmos todos em prol desse objetivo comum, naturalmente divergindo sobre muitas perspetivas e tendo opiniões diferentes sobre temas comuns e de interesse para a nossa comunidade. -----  
Queria, depois disto, dizer sim, a democracia é de todos, não é de ninguém, portanto, vamos todos lutar por ela. Seguidamente, sobre as questões, as afirmações e as considerações que foram aqui colocadas, mas também pedidos de esclarecimentos sobre algumas matérias que dizem respeito a todos nós, queria começar por dizer quanto à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, que naturalmente comungamos dessa sua apreciação sobre aquilo que devemos valorizar, saudar e congratular-nos, seja relativamente àquilo que tem a ver com a luta que os professores empreendem que é também o resultado de uma conquista de abril. É esta possibilidade de nós termos liberdade sindical, liberdade de reunião, liberdade de manifestação e naturalmente que temos todos de pugnar por uma escola cada vez mais capaz, mais inclusiva e cada vez mais adequada aos nossos tempos. Naturalmente, nesse contexto, tendo sempre como princípio que é o aluno que está no centro de toda a ação educativa, porque ele é o alfa e o ómega de toda a estrutura educativa e, ainda assim, naturalmente valorizar todas e todos, designadamente os professores, mas também todos os outros trabalhadores que concorrem para que esta nobre atividade de ensinar seja realizada num contexto cada vez mais favorável. Dizer que também nos associamos a esta festa de aniversário do Agrupamentos de Escolas António Granjo e particularmente, agora, à da Escola Doutor António Granjo, que nos diz muito, e da importância que todos nós damos aos Agrupamentos de Escolas e ao papel que têm na nossa comunidade. -----  
Dizer, que sim, é verdade que o Partido Socialista celebra ou celebrou no passado dia 19, 50 anos, é uma data muito importante, são 50 (cinquenta) anos, meio século de afirmação da democracia, de afirmação da discussão política, de ideias, de princípios e de soluções para o País. E, de facto, é muito importante percebermos que os Partidos são esteios fundamentais da nossa democracia, temos que os valorizar e temos que lhe dar cada vez mais relevância para que, de facto, todos possam cumprir desejavelmente um papel mais capaz nesta nossa comunidade. -----  
Quanto à questão da plantação das 500 (quinhentas) árvores, foram efetivamente 538 (quinhentas e trinta e oito) árvores que foram plantadas, assinalando o Dia da Árvore, isso foi feito em cooperação estreita com os Agrupamentos de Escolas, particularmente com os alunos do primeiro ciclo. De facto, foi muito interessante e muito gratificante poder acompanhar essa atividade, foi concretizada pelos serviços operativos, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

também com a colaboração muito intensa das crianças, dos professores e dos auxiliares que, certamente, puderam concretizar essa plantação, sobretudo, junto à margem esquerda do rio Tâmega, na parte mais urbana. Também eu tenho percebido que a maior parte dessas árvores têm vingado, não só porque terão sido adequadamente plantadas, mas também porque têm sido periodicamente regadas e, portanto, ainda bem! É claro que todos nós temos que contribuir para um ambiente mais saudável e sabemos bem a importância que as árvores têm para essa resposta. -----

No que diz respeito à limpeza ribeirinha, na parte urbana, tem sido um trabalho que tem sido feito, sobretudo, pelo Município de Chaves, mas também com a cooperação da União de Freguesias da Madalena e Samaiões, uma ação que visa naturalmente embelezar e cuidar essa margem. Todos nós sabemos da importância que tem o rio nessa fruição mais lúdica, mas também naquilo que tem com a dimensão turística, a importância que nós sabemos que o nosso rio tem. De facto, há um troço da Ecovia, a que fica situada entre a ponte dos Agapitos e o Raio X, em que está ligeiramente danificado o pavimento. Depois, de facto, existe um troço mais significativo, se calhar, 150m (cento e cinquenta) ou 200m (duzentos) depois desse passadiço de madeira, de facto, há uma zona que está degradada, quer no pavimento, quer na vedação e ela resultou daquilo que foram as cheias do início de ano. Tivemos o cuidado de levar ao Executivo Municipal um relatório no sentido de dar nota disso, foi feito no dia 2 de fevereiro de 2023, fizemos um relatório circunstanciado no qual demos nota de todos os prejuízos que tinham sido provocados pelas cheias, desde o parque infantil até algum mobiliário urbano, mas, também, nos sistemas de captação elétricos das próprias termas e também nalgumas vias municipais, nalguns pontões. Mas, de facto, o dano mais relevante incidiu efetivamente num troço da Ecovia, já foi feita essa avaliação, já foi feita uma avaliação técnica, também, neste momento, está a ser feita a elaboração técnica para que nós possamos fazer a contratação da respetiva empreitada que permita reabilitar esse espaço. Concomitantemente já submetemos também uma candidatura a um despacho que foi aberto no âmbito da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional no intuito de poder haver uma comparticipação entre 40% (quarenta) a 50% (cinquenta por cento) dos danos elegíveis. -----

E, portanto, não serão os danos todos, mas aqueles que estão identificados no respetivo despacho como sendo relevantes e elegíveis para efeitos de comparticipação financeira e, portanto, estamos, como se percebe, a trabalhar na resolução dessa questão. Quanto à avaliação que foi feita pelo senhor Deputado desta Assembleia Municipal sobre o mau empreendimento, eu permito-me, sobre isso, deixar aqui alguma informação resultado daquilo que foram os processos negociais com os proprietários. -----

Como sabem, o troço da Ecovia que vai de Chaves até Vidago, teve por razões resultantes da ocupação espaço do canal ferroviário por parte de alguns privados, mas também pela circunstância de uma estação e parte da linha ter sido alienada na década de 80(oitenta) a um privado, particularmente em Curalha. Isso, impediu que aquilo que era a intenção de concretizar a Ecovia do Tâmega e do Corgo acompanhando sempre o espaço do canal ferroviário, teve que divergir no troço que diz respeito à parte mais urbana. Portanto, houve necessidade de fazer um trajeto diferente, teve que acompanhar não a margem direita, mas a margem esquerda e houve necessidade de fazer a aquisição de um conjunto de parcelas de terreno, todas essas parcelas localizadas mais ou menos entre o moinho dos Agapitos e o pontão de Curalha. Portanto, houve que adquirir dezenas e dezenas de parcelas, como perceberão, proceder a um processo de aquisição de dezenas e dezenas de parcelas é um processo bastante complexo, muito exigente em que é necessário, nesse contexto, realizar múltiplas reuniões. Houve alguns proprietários, particularmente aqueles que confinam com o rio e nos quais foram implantadas essas vedações, que manifestaram sempre oposição à realização da Ecovia, porque entendiam que não era a melhor solução e ter-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

se-ia encontrado outra solução. A verdade, é que depois de um processo negocial, foi possível encontrar soluções de compromisso, as soluções de compromisso começaram primeiro pela intenção dos respetivos proprietários poderem construir no limite do seu terreno vedações em betão armado, mas como sabem, qualquer intervenção que seja feita junto a linhas de água ela tem que ter necessariamente o parecer da APA, da Agência Portuguesa do Ambiente e, nessa perspetiva, todos os projetos e aquele também, e como perceberão, o projeto da Ecovia é um projeto que tem algumas especialidades e teve que haver um conjunto de entidades que foram consultadas, desde a entidade proprietária, ou melhor, concessionária do espaço canal que são as infraestruturas de Portugal até à Agência Portuguesa de Ambiente. -----  
Portanto, houve que evoluir relativamente àquilo que foram as soluções tentando que a solução pudesse naturalmente permitir uma solução de acordo, por um lado era a necessidade dos proprietários terem vedações nos seus terrenos, porque queriam que os animais continuassem a poder apascentarem-se nos respetivos terrenos, e nós queríamos uma zona mais ou menos segura com um canal que permitisse naturalmente fruir todo o rio, seja a pé, seja de bicicleta. Isso só foi possível com a solução que neste momento está lá concretizada e que foi aquela solução de vedação naqueles termos. Portanto, foi uma solução que foi encontrada pelos técnicos com o parecer favorável da APA, naturalmente é a solução a que foi possível chegar. Dir-me-ão, houve mau planeamento? Não me parece, a natureza tem muita força, como sabem, as cheias têm de facto uma força muito intensa e, a única solução era não fazer qualquer vedação ou fazer uma vedação de outra natureza com a qual os proprietários não concordavam. Portanto, precisamos também de perceber que estas soluções têm que ser encontradas no compromisso entre todos e sempre numa relação cordata com os cidadãos. -----  
Dizer que estamos, neste momento, a procurar junto dos proprietários equacionar uma solução diferente, ou então, podermos, eventualmente, esclarecer e aperfeiçoar aquilo que foi o acordo no sentido que fique claro que as vedações não são propriedade pública, mas são propriedade privada para que, de facto, se voltar a ocorrer um acontecimento desta natureza a responsabilidade não seja pública, mas seja privada. De qualquer das formas, dizer que agradeço naturalmente esta informação. Posso dizer que já passei mais de uma dezena de vezes nesse local que é de facto um dos locais prediletos para caminhar, permite-me sair de casa e ir até Curalha e voltar. E, de facto, há uma zona que está com aspeto degradado, mas que, ainda assim, é possível transitar a pé e também é possível transitar de bicicleta, obviamente, sob o ponto de vista estético está desagradável. -----  
Dizer que sim, é do nosso conhecimento, foram feitos relatórios técnicos, está a ser feito o projeto para fazer essa requalificação e esperamos também ter alguma participação nas obras de requalificação para a devolvermos à fruição de todos os amantes da natureza e amantes do passeio de bicicleta, e já agora, convido todos a poderem fazer a Ecovia desde Verin até ao limite do Concelho, porque ela já está completamente concretizada, está absolutamente cumprida. Portanto, já temos uma Ecovia que é uma Ecovia Internacional que começa em Verin, da nossa responsabilidade, começa em Feces de Baixo ou em Vila Verde da Raia, no limite do termo do Concelho que coincide naturalmente no limite do termo de Portugal e vai já até ao limite do Concelho de Chaves que confina com o Concelho de Vila Pouca de Aguiar. Como sabem, o processo de delegação de competências é um processo que está em execução, está a dar os primeiros passos, temos feito um conjunto de reuniões de articulação e de acompanhamento relativamente à implementação daquilo que são as responsabilidades do Município. Como é do conhecimento de todos, elas traduzem-se, sobretudo, em questões relacionadas com o funcionamento, questões operacionais têm por um lado, a dimensão dos recursos humanos, das carreiras e categorias de assistentes técnicos e de assistentes operacionais, por outro lado, as questões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

funcionamento de energia, de transportes, de climatização e outros serviços conexos. Tem sido um processo que, à exceção das atividades de enriquecimento curricular, tem sido um processo mais ou menos tranquilo, sem grandes sobressaltos, naturalmente que o que queremos é melhorar a resposta, porque nós acreditamos que, apesar de entendermos que a solução de transferência de competências nesta como noutras matérias, poderia ter sido feita de outra forma. A verdade, é que acreditamos e estamos muito confiantes que temos condições para podermos ser mais eficientes na gestão daquilo que são as dimensões que nos foram transferidas e, portanto, queremos com proximidade, porventura, com alguns ajustamentos que teremos que introduzir para que nós possamos melhorar as condições para além daquilo que foi o esforço do Município, e percebê-lo-ão na Prestação de Contas, na requalificação das infraestruturas educativas apesar de não ser da sua competência. -----

A verdade é que fez intervenções muito importantes em grande parte do edificado escolar e, isso, melhora o conforto, as condições térmicas e o contexto para que se possa fazer e implementar o processo de aprendizagem. Dizer que globalmente o processo tem corrido com normalidade, temos prevista para o mês de maio já mais uma reunião de acompanhamento e, como sabem, é constituída pelos senhores Diretores dos 3 (três) Agrupamentos de Escolas, com os respetivos interlocutores quer dos Agrupamentos de Escolas, quer do Município, da parte do Município com o senhor Vereador da Educação e também com uma presença muito assídua da minha parte, no sentido de nós podermos identificar casuisticamente todas as questões que, porventura, o enquadramento legal não cuidou ou não cuidou adequadamente nas dimensões mais operativas, mais práticas, mais materiais e podermos introduzir as melhorias desejáveis de acordo com as capacidades financeiras e de recursos humanos. Sabemos bem que nas escolas existe sempre uma questão que tem a ver com os recursos operacionais alocados a cada um dos Agrupamentos e há sempre uma dialética nesta matéria. Naturalmente os senhores Diretores entendem que os recursos são insuficientes, mas antes, o Ministério da Educação e hoje o Município entende que são os que resultam da respetiva portaria, temos feito algum esforço no sentido de em cada um dos Agrupamentos de Escolas ter sempre recursos, sempre acima daquilo que são os rácios exigíveis, ainda assim, percebemos que existem situações pontuais que resultam de situações de ausência mais ou menos temporária, de alguns recursos operacionais em resultado de doença ou de outras circunstâncias e que muitas vezes originam alguns constrangimentos do normal funcionamento das escolas, mas teremos também que encontrar as soluções, sendo certo que os municípios não têm, como outrora as escolas tinham, um instrumento de recrutamento que permitia colocar de forma temporária nas escolas alguns recursos operacionais pelo tempo estritamente necessário para dar resposta à ausência que se tinha registado. Mas, de qualquer das formas, dizer que o andamento do processo tem-se desenvolvido com naturalidade, naturalmente com alguns problemas, mas a verdade é que qualquer organização em qualquer circunstância tem sempre dificuldades e desafios, mas é isso naturalmente que nos motiva, é superá-los e resolvê-los, é isso que nos motiva e é também para isso que estamos todos nestas organizações e particularmente no Executivo Municipal. -----

Depois, cumprimentar naturalmente o senhor membro desta Assembleia Municipal, professor Carmona Rodrigues, dizer que sentimos a sua falta, ontem, nas celebrações do 25 de abril, esteve noutras, eu percebo, enfim, percebo, mas, para nós, o 25 de abril é uma data muito importante e, por isso, é importante celebrá-lo, não apenas por uma razão simples de celebração, mas, também, sobretudo pela afirmação e pela pedagogia que temos que fazer pela comunidade e para os mais jovens perceberem efetivamente que o 25 de abril foi muito importante, ainda que, todos nós percebamos que há dimensões e objetivos que não foram concretizados, mas os devemos perseguir e prosseguir, ajustando-os aos tempos modernos e aos contextos atuais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Quanto à problemática que nos traz aqui, que é uma problemática importante e que decorre, não diretamente, mas claramente influenciada pelas condições climáticas e que tem a ver com as questões de abastecimento de água à população, mas também nesta dimensão que aqui nos trouxe que tem a ver com o risco ou o agravar do risco de incêndio rural. Nós todos sabemos que ele se concretiza quando existe uma situação de seca ou uma situação de exigência hídrica maior e, por isso, é importante que haja um planeamento adequado. Estamos todos de acordo quanto à necessidade de haver mais investimento e mais ações no que diz respeito à prevenção dos incêndios do que depois verdadeiramente no combate, estamos todos de acordo com isso. -----

Há, de facto, muita informação produzida, coligida muita dela por parte da AGIF, penso que terá sido publicado há muito pouco tempo uma publicação sobre os incêndios rurais e sobre estratégia nacional. Sobre essa matéria temos acompanhado de perto todas as dimensões que as diferentes respostas de planeamento e de programação têm suscitado a nível territorial, quer nessa dimensão que aqui nos trouxe relacionada com a carta de risco de incêndios, que nalguns casos condiciona limita ou impede mesmo um conjunto de atividades económicas particularmente ligadas à agricultura, mas também a implicação que tem no que diz respeito a questões de ordenamento do território e de gestão urbanística. Pela informação que nós podemos coligir, de facto, a decisão de adiar a entrada em vigor da carta de risco que se propôs para março, ela deverá ser adiada pelo menos até ao final do ano e, portanto, até lá vigorarão os planos municipais de defesa contra incêndios florestais. É essa a informação que temos. Portanto, não terá, pelo menos, neste ano, qualquer impacto negativo nas dimensões ao nível das atividades económicas e ao nível de gestão urbanística, existe um trabalho que, como sabem, é estruturado em 3 níveis, ao nível nacional, ao nível regional e ao nível sub-regional que depois se densificará também ao nível municipal. Nesse contexto, de facto, tem havido a aprovação de um conjunto de metodologias que estão agora a ser discutidas também ao nível da Comunidade Intermunicipal no sentido de que se possa perceber qual é o contributo de cada uma das múltiplas entidades que participam nas comissões, quer nacionais, quer regionais, quer sub-regionais particularmente as responsabilidades que incumbem, quer seja ao ICNF, quer seja à AGIF, quer seja à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, quer seja aos Municípios. O que nós temos dito sempre, é que nós queremos e desejamos ser parceiros ativos, parceiros que queremos contribuir naturalmente para a diminuição da intensidade do risco de incêndio rural, mas, ainda assim, não poderão transferir toda a responsabilidade operacional de elaboração de ações e de intervenções para o nível municipal e que isso seja feito através dos recursos Municipais. Portanto, o que nós temos dito sempre, é que queremos ser parceiros, queremos em muitos casos ser parceiros ativos e contribuir com ações no território para diminuir esse risco, mas, ainda assim, não podemos assumir essa responsabilidade, porque essa responsabilidade é de terceiros. De facto, esperamos que muito daquilo que tem a ver com o planeamento, a programação e as ações que estão a ser estruturadas para cada um dos territórios, possam ser financiadas pelo próximo Programa Comunitário Portugal 2020 e também pelo Programa Regional 2030, no qual tem uma dotação de algumas dezenas de milhões de euros. Portanto, esperemos para perceber se essas respostas estão mais centradas no que diz respeito ao combate, designadamente na aquisição de equipamento e material de proteção para os bombeiros e para a compra de carros de combate a incêndio florestal ou se, porventura, as soluções se vão mais concentrar na questão da prevenção dos incêndios e, sobretudo, numa lógica de melhor planeamento, melhor organização, porque em muitos casos o que nós temos que ter verdadeiramente, é uma política de ordenamento do território diferente, teremos que ter uma política de compatibilização de usos distinta e, porventura, temos que ter também relativamente àquilo que são um conjunto muito significativo de núcleos populacionais e que possam ter, possam existir medidas e ações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de proteção dessas mesmas comunidades. O que nós sabemos, é que com a nossa tipologia de população mais ou menos dispersa, porque nós, só nós, temos mais de 130 aglomerados populacionais, e isso é um desafio muito grande. Depois, ou antes, e eu acho que até é antes, enquanto não houver uma verdadeira valorização da floresta, porventura todas as medidas com que nós possamos contribuir, não terão o efeito desejado, porque enquanto o património que tem a vocação florestal não tiver uma adequada remuneração, eu presumo que os muitos milhares e milhares de proprietários de pequenas áreas florestais, terão muita dificuldade em fazer as intervenções, o planeamento e a gestão da sua propriedade de forma adequada e isto é um problema difícil de resolver. E, portanto, o que nós esperamos de todo este trabalho, é que possa ser concretizado, muito provavelmente, e vou dizê-lo aqui, todo este trabalho de planificação e de programação terá pouco efeito útil, na minha perspetiva, neste ano de 2023. Mas, ainda assim, temos de estar vigilantes, colaborativos e cooperativos e também perceber que muitas das medidas são tomadas para diminuição do risco de incêndio, designadamente a proibição de um conjunto de atividades, como, por exemplo, o lançamento de material pirotécnico. E, portanto, estamos atentos, estamos a acompanhar o processo, o Alto Tâmega e Barroso também tem um projeto pioneiro à semelhança doutras Comunidades Intermunicipais. -----

Por último, os Municípios, como sabem, em toda esta estrutura nacional de defesa contra os incêndios rurais ou florestais tem um papel pouco relevante, mas a verdade é que sempre que há incêndios, nós temos que ser aqueles que têm que dar um passo em frente e temos que estar disponíveis para mobilizar, enfim, para poder contribuir para o combate ao incêndio florestal e isso fez-se e faz-se muitas vezes e fá-lo-emos sempre que necessário, creio que já o percebemos todos. Por exemplo, no Concelho de Chaves, nos últimos anos, particularmente no último, tivemos uma área ardida muito significativa, de quase 4 mil hectares, ela superou 6 mil hectares se nós considerarmos a área ardida aqui nos concelhos limítrofes galegos. -----

Depois, sobre outras questões que foram aqui suscitadas, particularmente pelo senhor Deputado Municipal Vítor Pimentel, pelos Independentes, dizer que sobre esta matéria do relacionamento do Município com as Associações Desportivas, queria antes de responder concretamente à sua pergunta, só deixar aqui alguns dados financeiros e número de praticantes para perceberem aquilo que tem sido a evolução nos últimos anos relativamente ao apoio do Município ao associativismo desportivo. Vou desagregar a informação entre o apoio direto às associações e aquilo que tem sido para a prática das várias modalidades, aquilo que tem sido em muitos casos apoios financeiros para a requalificação das próprias infraestruturas desportivas. Dizer que no mandato de 2010 (dois mil e dez) a 2013 (dois mil e treze) o valor global do apoio financeiro para as associações desportivas foi de 359 575,10€ (trezentos e cinquenta e nove mil quinhentos e setenta e cinco euros e dez cêntimos), no mandato subsequente 2014 (dois mil e catorze) a 2017 (dois mil e dezassete) o valor subiu para 558 715,00€ (quinhentos e cinquenta e oito mil setecentos e quinze euros), no mandato em curso, 2021/2025 (dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco) já registamos um valor de mais de 600 000,00€ (seiscentos mil euros), portanto, dizer que, indubitavelmente, tem havido um esforço de apoio financeiro às associações desportivas. -----

Se quisermos comparar o mandato 2013/2017 (dois mil e treze/dois mil e dezassete) com o mandato 2017/2021 (dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um), houve um incremento de 36% (trinta e seis por cento) no apoio ao associativismo desportivo. Mas, depois, se compararmos com o período de 2018 a 2021 (dois mil e dezoito a dois mil e vinte e um), a diferença já é maior, é de 66% (sessenta e seis por cento) e, portanto, já representa um valor de 831 276,12 € (oitocentos e trinta e um mil duzentos e setenta e seis euros e doze cêntimos), para dizer que, de facto, tem havido um acréscimo no apoio às associações desportivas, é esta preocupação, sem embargo, de reconhecer que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

temos, ainda assim, uma resposta insuficiente no que diz respeito às infraestruturas desportivas, apesar de, como sabem, as infraestruturas desportivas que estão localizadas e que integram os estabelecimentos escolares da nossa cidade, do nosso concelho, elas também estão a ser afetadas e podem ser utilizadas pelas associações de acordo com os regulamentos que neste momento estão em vigor. -----

Portanto, dizer que nesse contexto, como sabem, existem vários projetos, uns desenvolvidos diretamente pelo município e outros por entidades parceiras, as associações. Queria dar nota aqui de algumas, por exemplo: a atividade física sénior no meio urbano; a atividade física sénior no meio rural, e como sabemos, estamos já com alguma dificuldade em as implementar num conjunto de freguesias por indisponibilidade de professores de educação física e desportiva, é algo com que neste momento estamos confrontados; o serviço de iniciação ao atletismo, que funciona no pavilhão municipal e que tem como público alvo as crianças dos 6 (seis) aos 10 (dez) anos; há um serviço de natação que funciona na piscina municipal dos 6 (seis) aos 15 (quinze) anos, enfim, tem havido férias desportivas municipais e também férias desportivas de algumas freguesias, particularmente de Santa Maria Maior, que tem permitido fazer férias desportivas nas pausas letivas; tem-se feito um conjunto de corridas e caminhadas, a corrida da liberdade, os kits atléticos, a marcha da liberdade, enfim, tem havido muita, muita iniciativa, também algumas caminhadas pelas próprias termas. ----

As associações têm um papel importante neste contexto, desde: o Chaves Bits Games; ao Wildfun, ao Clube Motard, ao Clube de Caça e Pesca, Casa do Pessoal do Hospital de Chaves, a Associação Desportiva Aquae Flaviae, a Associação 4MJ, a Associação Lobos do Brunheiro, o BTT Clube de Chaves, o Ténis Clube de Chaves, enfim, há um conjunto muito alargado de associações que têm um conjunto de práticas e permitem várias modalidades. -----

Sabemos todos que apesar de haver alguma resposta a nível de atletismo, de futsal, de natação, do karaté, do BTT, do tiro e pesca, a verdade é que os nossos jovens têm uma disposição sobretudo para o futebol, é verdade e é verdade que existem carências identificadas. Depois de fazer esta contextualização dizer que efetivamente existe uma estrutura desportiva que é uma estrutura desportiva que é conhecida pelo Flaviense que está concessionada por 50 (cinquenta) anos e, portanto, essa concessão feita ao flaviense por 50 (cinquenta) anos acho eu, que foi feita na década de 70 (setenta) por uma Assembleia Municipal, portanto, significa que é essa associação que tem a responsabilidade de fazer a gestão dessa infraestrutura desportiva. Poderemos analisar os termos e as condições dessa concessão, percebendo se, efetivamente, existem obrigações e se essas obrigações estão a ser ou não observadas, e podendo dar-lhe nota da necessidade de lhe dar uma relevância desportiva mais intensa, designadamente, podendo constituir um espaço para a prática desportiva, particularmente, do futebol juvenil e isso possa responder a algumas necessidades que, até aqui, têm vindo a ser respondidas por aquilo que é o campo que funciona na Escola Nadir Afonso e que todos nós reconhecemos que esgotou claramente o seu período de validade. Mas, para isso, temos que avaliar essa situação e também desejavelmente poder contar com a cooperação, colaboração e predisposição da associação no sentido de que aquela infraestrutura possa continuar a ter uma relevância grande. -----

Dizer que, ainda assim, e como sabem, no âmbito do Plano de Pormenor da Fonte do Leite e do subsequente contrato de execução financeira, penso que em 2005 ou 2006 (dois mil e cinco ou dois mil e seis), enfim, perdoem-me se não disser a data precisa, mas a verdade é que foram assumidas um conjunto de obrigações e de direitos recíprocos entre o Município de Chaves e uma empresa que se chama A Santos, no âmbito do qual foram realizadas um conjunto de infraestruturas e adquirido um conjunto significativo de terrenos na Fonte do Leite. Estava previsto nesse plano de pormenor





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que esse edifício desportivo fosse demolido e substituído por, penso eu, zonas verdes e também não sei se algum arruamento. -----  
Portanto, significa que temos essa questão ainda pendente para resolver, nós já trouxemos a esta Assembleia Municipal oportunamente uma informação dando conta do incumprimento contratual dessa empresa A Santos. Neste momento, está a ser analisado esse contrato em todas as suas dimensões, mas também a possibilidade de poder ser declarado caduco e cessar os efeitos do plano de pormenor, é algo que está a ser avaliado no processo de revisão do PDM que está em curso e que está na sua fase final e isso poderá ter relevância para percebermos se, de facto, faz sentido continuar a investir na requalificação dessa infraestrutura desportiva, designadamente construindo, na mesma, um campo sintético que possa depois ser utilizado para a prática desportiva. Portanto, é algo que tem estas indefinições, que tem estas dificuldades, mas sim, precisamos de encontrar uma solução. Neste momento, existe um campo sintético em Vidago, no Futebol Clube Vidago, na associação de Vidago e também, como sabem, por parte da SAD do grupo desportivo de Chaves, que também tem um conjunto de sintéticos e penso que não haverá mais nenhum no Concelho. Isso levanta-nos essa questão de podermos ter que ponderar a construção de outras infraestruturas desportivas para além daquela que nós assumimos como sendo prioritárias, que será a requalificação das piscinas cobertas municipais que temos como sendo um objetivo central e que já demos nota das muitas dificuldades que estamos a superar e a ultrapassar, mas isso não nos poderá deixar de considerar que também teremos que avançar para equacionarmos a solução de uma pista ou de uma zona para prática de atletismo e também para prática de futebol, portanto, são áreas que são importantes. Entendemos que são áreas que têm importância, não tanto para a fixação de pessoas, mas para a melhor qualidade de vida das mesmas e naturalmente para uma população mais sadia, mais feliz, mais alegre e, por isso, naturalmente olharemos para elas, perceberemos até se nos próprios financiamentos europeus, haverá alguma perspectiva ou não de financiarmos essas infraestruturas, porque, como sabem, são sempre infraestruturas que custam várias dezenas de milhares de euros sempre 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro) milhões de euros. São sempre investimentos relativamente importantes, mas sim, é uma questão pertinente que já estávamos a olhar para ela. Temos aqui algumas dificuldades, mas com certeza teremos que as superar, até para podermos encontrar melhor resposta para essas tais 200 (duzentas) crianças que, presumo, estejam a praticar futebol, enfim, naquilo que é a geração de talentos e, portanto, sim temos essa preocupação em mente e naturalmente queremos contribuir para a resolução desse estrangulamento. -----  
Depois, quanto à manifestação de vontade que nos trouxe aqui o membro desta Assembleia Municipal, Vítor Gomes, dizer que essa é uma expressão de liberdade que a democracia permite, que isso não o inibirá de fazer aqui a intervenção política que entenda, naturalmente com a latitude que o Regimento lhe permite e, por isso, saudá-lo agora na qualidade de Independente. Muito obrigado. -----

### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----  
PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023. ---  
A Ata número cinco, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 28 de fevereiro de 2023, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----  
Seis Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----  
**A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.** -----  
-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. Nos termos regulamentares, a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

-----  
Seguiu-se a intervenção da senhora Deputada Municipal. -----

-----  
**Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, estimadas e estimados Membros desta Assembleia, público presente, comunicação social, trabalhadores, a todos muito bom dia. O Grupo Municipal do Partido Socialista gostaria de destacar um ponto que vem inscrito na atividade do senhor Presidente da Câmara Municipal e que se reporta ao dia 4 de abril e que tem que ver com a cerimónia comemorativa do 16º aniversário da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, nesta data e neste local na presença do senhor Ministro da Administração Interna e da senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves foi condecorado, foi agraciado com o Grau Ouro desta Instituição. -----

Naturalmente não podemos deixar de saudar esta condecoração, ela é, desde logo, o reconhecimento pelo trabalho que já aqui foi referido hoje na área da proteção civil, naquilo que garante a segurança de todos nós cidadãos flavienses, mas é também o reconhecimento do sediar na nossa cidade, no nosso concelho, de mais um importante serviço, neste caso, na área da proteção civil, trata-se, portanto, do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil que aqui está centralizado e aqui se sediou, certamente, fruto de um trabalho de compromisso assumido com o nosso Presidente de Câmara juntamente com as entidades governamentais, também, desde logo, com aqueles que são os parceiros municipais do Alto Tâmega. -----

Portanto, também no reconhecimento desta capacidade, desta centralidade de Chaves e num trabalho de cooperação que foi, obviamente, protagonizado pelo nosso Presidente de Câmara. Destacar também, e já aqui foi referido hoje, que isto acontece neste âmbito da proteção civil, mas acontece também noutras áreas, em muitas áreas, centralidade que Chaves tem, não só, por mérito próprio, mas também pelo reconhecimento dos Municípios seus pares neste território que é a sub-região do Alto Tâmega e Barroso o que leva a que aqui estejam centralizados alguns serviços na área da proteção civil, como dizia, mas também na educação e formação, no turismo, na ciência e inovação, na saúde e, portanto, estamos a resgatar aquele que é um natural protagonismo de liderança do Alto Tâmega e Barroso. Bem-haja senhor Presidente, ainda bem que assim é, é certamente em prol da sub-região do Alto Tâmega e Barroso, mas, certamente, em benefício e em prol de todos nós cidadãos flavienses. Ainda me lembro de um tempo em que liderar o Alto Tâmega, era anunciar eventos culturais aos sábados, dias 14 (catorze), para aproveitar aquilo que eram as sobras de um evento cultural do município vizinho que tinha as sextas-feiras 13 (treze)! Estamos em novos tempos, bem-haja. Viva o 25 de abril. -----

-----  
Encerrou este ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos respetivos Secretários, senhores Vereadores, senhora Vereadora e Membros desta Assembleia Municipal eleitos e por inerência. Começarei por corrigir uma omissão, há pouco, não fiz qualquer referência à intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões, não fiz aqui uma referência relativamente àquilo que foram algumas notas e alguns apontamentos que nos trouxe sobre a relevância socioeconómica e turística que o turismo tem para o nosso território, para o concelho de Chaves e, aquilo que tem sido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

uma perspetiva que eu partilho e com a qual concordo que é a relevância do turismo e o seu incremento naquilo que são as atividades económicas deste concelho e da sua preponderância no contexto sub-regional, eu diria mesmo até num contexto regional. Dizer que, de facto, Chaves seja pelo património edificado pelo vasto, relevantíssimo e riquíssimo património cultural, mas também pelo património natural que temos, pela beleza, pelo rio, pela gastronomia, pelas pessoas, por tudo aquilo que Chaves representa, pela memória que tem, pela história que tem, com certeza, com todo este processo de afirmação. É um processo que, na nossa perspetiva, não está concluído, não está terminado, entendemos que temos um potencial de crescimento ainda muito grande, que queremos valorizar os nossos recursos, sobretudo os nossos produtos, os nossos serviços, valorizar as nossas pessoas, dar-lhe relevância, mas, sobretudo, ter um turismo de qualidade e um turismo que acrescente e não que destrua. Portanto, nessa perspetiva, esse é o processo que temos encetado, um processo colaborativo e de cooperação, de trabalho em rede, sobretudo, com a Comunidade Intermunicipal com a qual temos trabalhado de forma muito intensa, de forma solidária com os restantes autarcas do Alto Tâmega. Isso tem sido possível concretizar em iniciativas que se traduzem no concelho de Chaves, particularmente através do Posto de Turismo do Alto Tâmega e Barroso, mas, diga-se, também iniciativas que são feitas noutros Concelhos, porque nós acreditamos que se somarmos iniciativas, se nós cooperarmos, se nós colaborarmos, então nós seremos mais capazes, teremos mais capacidade de atração, seremos mais fortes e, portanto, não queremos crescer sacrificando outros, particularmente os vizinhos, muito pelo contrário, queremos crescer em conjunto, em sintonia e queremos crescer todos e, nesse contexto, dar nota alguns aspetos que são: Chaves terá tido em 2022 (dois mil e vinte e dois), ao nível de dormidas, o melhor ano de sempre, ter-se-ão registado, apesar de estarmos à espera da informação final, no concelho de Chaves, mais de 203 000 (duzentas e três mil) dormidas no concelho, eu repito, mais de 203 000 (duzentas e três mil) dormidas, e nestas dormidas, apenas estão registadas as dormidas em estabelecimentos com mais de 5 (cinco) alojamentos. Portanto, significa que, de facto, nós temos aqui um potencial de crescimento que compara com o melhor ano de sempre que foi 2019 (dois mil e dezanove) e que era um valor, se a memória não me atraiçoa, de 187 000 (cento e oitenta e sete mil) dormidas, portanto, nós representaremos à volta de 67% (sessenta e sete por cento) do número de dormidas do Alto Tâmega, mas penso, também, que nós representamos muito próximo dos 19% (dezanove por cento) do número de dormidas que se registam em toda a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

Portanto, significa que, de facto, há uma prevalência muito significativa de Chaves no que diz respeito ao turismo e particularmente na parte da hotelaria. Portanto, dar nota que sim, que o processo é de afirmação, é de crescimento, mas que ambicionamos mais, queremos naturalmente posicionar Chaves e o Alto Tâmega no contexto regional, pretendemos atingir um objetivo difícil, ambicioso que é crescermos na estada média neste território, é essa a nossa grande ambição para podermos, com isto, contribuir para incrementar a empregabilidade, para incrementar a riqueza, enfim, para gerar maior atividade económica, é isso que nós queremos fazer. -----

Depois, agradecer esta menção a esta condecoração, mas ela resulta, sobretudo, do trabalho de compromisso e do trabalho colaborativo que o Município representado por mim, tem feito na área da proteção civil. Portanto, temos feito investimentos importantes, seja na criação de condições para que este comando sub-regional se pudesse instanciar em Chaves, servindo todo o Alto Tâmega e Barroso, mas, também naquilo que é uma instalação municipal da proteção civil que, desejavelmente, poderá crescer no sentido de criarmos estruturas para podermos ter capacidade logística operacional, técnica e administrativa para podermos cooperar neste exigente processo de prevenção e também combate aos incêndios florestais. Esperamos também que já este ano de 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

(dois mil e vinte e três) que a estrutura de combate aos incêndios florestais possa novamente colocar no território desejavelmente 2 (duas) aeronaves, veremos com que tipologia para que, de facto, nós possamos ter a capacidade nós e, quando falo de nós, falo do território todo para que possamos ter a capacidade de fazer aquilo que é desejável, que é que o primeiro ataque seja forte e musculado e capaz de debelar esses incêndios. Portanto, naturalmente eu venho aqui agradecer, mas é sobretudo agradecer em nome do Município de Chaves, muito obrigado. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022. INFORMAÇÃO Nº08/DGF/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo, como não podia deixar de ser, os cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, aos senhores Secretários, Membros do Órgão Executivo e também aos Membros deste Órgão Deliberativo. -----

Dizer que, de facto, este é um momento importante, é um dos momentos mais importantes da atividade municipal e também daquilo que é a ação de acompanhamento, de fiscalização e de aprovação, ou não, de toda uma relevante atividade municipal que se desenvolveu no pretérito ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Tenho aqui um conjunto muito significativo de notas para poder transmitir, espero podê-las apresentar mais numa lógica dialética, a seguir, quando naturalmente suscitarem algumas questões e algumas mais pertinentes, mas, por uma questão de simplicidade, e até para que possam também conhecer aquilo que foram as razões, os fundamentos e a contextualização daquilo que foi a apresentação feita em sede de reunião de Câmara sobre esta matéria, vou dar-vos nota daquilo que foi a análise que eu tive, então, a oportunidade de partilhar. Quero também agora reproduzir para os senhores Membros desta Assembleia Municipal, sem prejuízo, de a seguir, de uma forma mais interativa, mais específica ou pormenorizada, poder responder a questões e a informações muito mais particulares sobre alguns aspetos, quer do relatório, quer depois dos muitos documentos que integram esta prestação de contas e, portanto, queria dizer que: -----

*“A prestação de contas visa aferir o grau de execução dos documentos previsionais aprovados para o respetivo período em análise, na ótica orçamental, patrimonial e económica.* -----

*Os documentos financeiros produzidos nesse contexto permitem ainda conhecer a real situação económica, financeira e patrimonial do município de Chaves, bem como os resultados obtidos no respetivo exercício.* -----

*Este é igualmente o momento oportuno para conhecer a atividade autárquica mais relevante, concretizada no período anual anterior, em áreas tão importantes como a Educação, Ação Social, Saúde, Proteção Civil, Atividade Económica em Geral, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Turismo, Atividades Industriais, Transportes e outras, traduzidas quer em atividades de natureza corrente, quer em investimentos constantes no correspondente Plano Plurianual.* -----

*Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e, em consequência, alterada a estrutura e alguns conceitos do sistema contabilístico a que se encontram vinculadas as autarquias locais.* -----

*O SNC-AP, é composto por três anexos, o primeiro relativo à Estrutura Concetual (EC), destinado à contabilidade pública; o segundo anexo, atinente às Normas de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*Contabilidade Pública, de natureza financeira, orçamental e de gestão, e o último anexo, diz respeito ao Plano de Contas Multidimensional, abrangendo a contabilidade orçamental, financeira, nacional, inventário e cadastro. -----*

*A prestação de contas integra uma panóplia muito extensa de peças de relato, designadamente relativas às demonstrações financeiras individuais, às demonstrações financeiras previsionais, às demonstrações orçamentais, à contabilidade de gestão e a outros documentos genéricos e à Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso. ----*

*Este exercício de prestação de contas por parte do executivo municipal, em período pós-pandémico e em contexto dos efeitos decorrentes de uma guerra na Europa de Leste, marcado ainda pelo incremento dos preços, particularmente da energia e dos combustíveis, continuou a exigir de todos, instituições públicas e privadas, governos nacionais e locais, empresas, IPSS(s) e cidadãos, uma atitude de permanente superação e resposta integral às múltiplas necessidades evidenciadas pelas respetivas comunidades. -----*

*Responder aos inusitados desafios da inflação e conseqüente perda de poder de compra dos cidadãos, mormente dos mais desfavorecidos em termos económicos, continua a demandar que a prioridade social esteja no centro da política pública municipal. -----*

*O Município de Chaves, com este executivo, esteve e estará sempre ao lado das pessoas e das famílias, mas também dos pequenos comerciantes e empresários, garantindo, assim, a resiliência do ecossistema económico e social local. -----*

*Pese embora o contexto de adversidade, o município de Chaves, no exercício em apreciação, garantiu adequada execução dos investimentos aprovados, consolidou as políticas municipais de desagravamento fiscal das famílias e das micro e pequenas empresas, reforçou a qualidade do portfólio dos serviços públicos municipais prestados aos munícipes, robusteceu a estratégia de captação de investimento privado e promoveu ativamente a empregabilidade no concelho, mas sobretudo procurou melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos flavienses. -----*

*Avaliemos, então, os indicadores ou evidências do nível de desempenho alcançado no ano de 2022, nas dimensões que se deve estruturar a prestação de contas, orçamental, económica e patrimonial, dando ainda nota, necessariamente de forma sumária, das atividades mais relevantes desenvolvidas, em sede de grandes opções do plano, em termos de funções gerais, económicas e sociais. -----*

**No que concerne ao desempenho orçamental, entendo que se devam evidenciar os seguintes aspetos: -----**

*No ano transato, o valor global da receita cobrada pelo município de Chaves alcançou o montante de 57.872.995,23€, o que representa uma taxa de execução global de 89,22%, garantindo, assim, o cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 56.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----*

*Esta execução financeira deveu-se a uma gestão criteriosa e responsável, ao cumprimento da lei das finanças locais, que melhorou a distribuição dos impostos nacionais pelas autarquias locais, e aos reembolsos decorrentes da execução de investimentos financiados por fundos europeus. -----*

*Ao nível da receita corrente, as rubricas que merecem destaque, pela materialidade financeira das mesmas, são as relativas às transferências e subsídios correntes, no valor de 20.494.171,41€, os impostos diretos, no valor de 7.736.262,95€, a venda de bens e serviços correntes, com o valor de 5.813.954,90€, as taxas, multas e outras penalidades, com a cifra de 3.638.505,46€, os rendimentos de propriedade, no valor de 1.400.088,68€, e outras receitas correntes, na importância de 295.116,39€. -----*

*No que à receita de capital diz respeito, no ano de 2022, o município arrecadou 13.501.164,70€, resultante, no essencial, das transferências de capital e dos passivos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

financeiros, respetivamente no montante de 6.872.182,80€ e 6.588.565,30€, a que corresponde uma taxa de execução de 65,80%, relativamente ao orçamento corrigido. No que concerne à despesa global paga, no exercício económico de 2022, a taxa de execução foi de 74,20%, o que corresponde a pagamentos no do valor global de 48.131.860,52€, sendo 28.213.438,69€, de natureza corrente, e 19.918.421,83€, de capital, o que representa, respetivamente, uma taxa de execução 85,12% e 62,79%. --- Nos agregados da despesa corrente, merecem referencia particular às despesas com a aquisição de bens e serviços, no valor de 12.914.572,25€, com pessoal, no montante de 12.292.593,87€, com transferências e subsídios correntes, no valor de 2.163.749,61€, outras despesas correntes, no valor de 761.581,82€, e com juros e outros encargos, no montante de 80.941,14€. -----  
No que concerne à despesa de capital, merecem destaque o agregado relativo à aquisição de bens de capital, no valor de 10.644.017,02€, aos passivos financeiros, no montante de 8.321.253,78€, e às transferências de capital, no valor de 953.151,03€. --- Destarte, comparando a receita e a despesa global, mas em particular receita corrente com a despesa corrente, resulta evidente que no exercício em exame foi financiado investimento, ou seja, despesas de capital, com base em receita corrente, o que constitui um sinal de boa gestão e de enriquecimento patrimonial do município. -----  
Efetivamente, no ano de 2022, a diferença entre o valor das receitas correntes e o valor das despesas correntes, foi de 11.164.661,10€, ou dito de outra forma, a poupança corrente foi desse valor, o que permitiu financiar investimento com essa expressão financeira. -----  
A título de nota substantiva, deve ser evidenciado que: -----  
- A execução global da receita, no ano em análise, ficou nos 89,22%, o que representa uma gestão criteriosa e equilibrada na dimensão corrente e de capital; -----  
- O crescimento significativo da alocação de recursos financeiros nas funções sociais e económicas no computo da GOP(s), revelando, assim, uma estratégia de apoio social e dinâmica económica; -----  
- Melhoria da maior parte dos indicadores económicos e financeiros; -----  
- O serviço da dívida representa apenas 0,17% da despesa total executada, o mais baixo de sempre; -----  
- Redução substancial dos juros e outros encargos relativamente a período homólogo, mas sobretudo relativamente a 2017, pois compara, 1.004.409,68€, com 80.941,14€, donde resulta uma redução de 91,94%, em termos absolutos, são menos 923.468,54€;  
- Redução da dívida total em 8,85%, relativamente ao período homólogo anterior, o que significa a consolidação de uma trajetória de redução significativa da dívida do município, iniciada em 2017, cujo montante global era de 38.092.173,11€, sendo que no final do exercício findo se concretiza em 19.831.961,10€, incluindo a proporção no passivo da APEPAT e da Vidagustermas, que anteriormente não era reconhecido, o que traduz uma redução, em cinco anos, de 47,93%, o que, em termos absolutos, representa menos 18.260.212,01€. -----  
- Aumento expressivo da capacidade de endividamento do município de Chaves, traduzido na margem de endividamento, quer em termos absolutos, que passou de 5.555.820,50€, em 2017, para 33.456.339,54€, em finais de 2022, quer naquela que é passível de ser utilizada anualmente, que passou de 1.044.240,50€, para 6.704.591,32€, em igual período. Representa, assim, um acréscimo de 542,05%, em apenas cinco anos. -----  
- **Desempenho na dimensão económico-financeira,** -----  
Nesta dimensão pretende-se aferir se o município de Chaves, no período em avaliação, melhorou, ou não, a respetiva situação económico-financeira. -----  
Tendo em consideração o balanço, à data de 31.12.2022, pode constatar-se que o ativo, num ano, cresceu de 161.325.625,80€, para 189.106.369,18€, o património líquido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

concretizou-se em 156.023.919,42€, crescendo, relativamente ao ano anterior, em 22.045.149,00€, sendo que o passivo total consolidou a redução expressiva evidenciada nos últimos cinco anos, 2018-2022, situando-se, no final de 2022, em 33.082.449,76€, que compara com 88.285.590,77€, no final de 2017, são, portanto, menos 55.203.141,01€. O acréscimo de passivo registado no exercício em análise, no montante de 5.735.594,20€, deve-se, exclusivamente, aos diferimentos, no valor de 6.942.958,00€, relativos aos ativos em concessão à E-Redes e ao aditamento do projeto da área de acolhimento empresarial, aprovado no âmbito do PRR, pois, se assim não fosse, registar-se-ia uma redução, também nesse período do passivo. -----

Também os resultados relativos ao exercício findo merecem uma nota particular, pois traduzem um excelente desempenho, que se concretiza no resultado líquido positivo de 6.818.387,47€. -----

Sem menosprezar as referências positivas feitas quanto ao balanço e à demonstração de resultados, cujos respetivos mapas integram a prestação de contas em avaliação, que traduzem uma melhoria da situação económica do município de Chaves, vou agora ater-me, ainda que necessariamente de forma breve, a matéria de cariz mais financeiro. No que concerne à dívida total do município de Chaves, tomando por referência as fichas do município obtidas no portal autárquico, gerido pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), relativas à prestação de contas de 2017, e ao cálculo efetuado pela Divisão de Gestão Financeira, à data de 20.02.2023 pode concluir-se o seguinte:

- O limite da dívida total do município de Chaves (1,5\* a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos, cfr. artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), passou de 40.993.463.98€, no final do ano de 2017, para 51.395.104,79€, no final de 2022; -----

- A dívida total do município de Chaves, era, no final do ano de 2017, de 38.092.173,11€, sendo que no final do exercício findo se concretiza em 19.831.961,10€, incluindo a proporção no passivo da APEPAT e da Vidagusternas, que anteriormente não era reconhecido, o que traduz uma redução, em cinco anos, em termos absolutos, de 18.260.212,01€, que representa um corte expressivo de 47,93%. -----

Concluída que foi a análise da evolução orçamental, mas também as referências tidas por pertinentes, quanto ao desempenho económico e financeiro, no exercício em avaliação, ou seja, o período de 2022, importa, agora, dedicarmos alguma atenção à execução das Grandes Opções do Plano. -----

Como é do conhecimento dos membros desta Assembleia Municipal, as Grandes Opções do Plano (GOPs), constituem-se como um instrumento de planeamento estratégico, de curto e médio prazos, estruturando-se por objetivos, programas, projetos e ações, sendo que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI). -----

A execução das GOP(s), no ano de 2022, concretizou-se em 20.644.264,53€, correspondendo a uma taxa de execução anual de 60,56%, distribuída, em termos de objetivos/programas, no seguinte quadro síntese: -----

Objetivo	Designação do projeto	Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
		Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	3 497 704,40 €	5 092 356,42 €	8 590 060,82 €	3 414 921,62 €	1 892 462,92 €	5 307 384,54 €	54,11	61,79
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2 925 811,66 €	3 840 300,32 €	6 766 111,98 €	2 942 337,39 €	1 380 783,98 €	4 323 121,37 €	47,19	63,89
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 414 316,56 €	3 325 835,29 €	4 740 151,85 €	2 179 059,48 €	997 826,73 €	3 176 886,21 €	70,55	67,02
1.1.2.	ADMINISTRAÇÃO GERAL, TERMAS	1 511 495,10 €	514 465,03 €	2 025 960,13 €	763 277,91 €	382 957,25 €	1 146 235,16 €	25,34	56,58
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	571 892,74 €	1 252 056,10 €	1 823 948,84 €	472 584,23 €	511 678,94 €	984 263,17 €	89,47	53,96



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	571 892,74 €	1 252 056,10 €	1 823 948,84 €	472 584,23 €	511 678,94 €	984 263,17 €	89,47	53,96
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>19 406 312,16 €</b>	<b>54 250 003,22 €</b>	<b>73 656 315,38 €</b>	<b>18 232 983,06 €</b>	<b>12 895 963,98 €</b>	<b>31 128 947,04 €</b>	<b>66,45</b>	<b>42,26</b>
2.1.	EDUCAÇÃO	3 763 596,37 €	5 982 555,53 €	9 746 151,90 €	2 079 852,55 €	2 655 477,62 €	4 735 330,17 €	70,56	48,59
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	3 763 596,37 €	5 982 555,53 €	9 746 151,90 €	2 079 852,55 €	2 655 477,62 €	4 735 330,17 €	70,56	48,59
2.2.	SAÚDE	20 600,00 €	73 818,09 €	94 418,09 €	5 000,00 €	19 500,00 €	24 500,00 €	94,66	25,95
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	20 600,00 €	73 818,09 €	94 418,09 €	5 000,00 €	19 500,00 €	24 500,00 €	94,66	25,95
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	177 471,35 €	811 536,69 €	989 008,04 €	567 862,33 €	146 444,36 €	714 306,69 €	82,52	72,23
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	177 471,35 €	811 536,69 €	989 008,04 €	567 862,33 €	146 444,36 €	714 306,69 €	82,52	72,23
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	12 209 075,16 €	43 600 615,49 €	55 809 690,65 €	11 291 897,23 €	8 444 636,54 €	19 736 533,77 €	69,17	35,36
2.4.1.	HABITAÇÃO	1 610 725,91 €	6 360 519,44 €	7 971 245,35 €	1 951 969,40 €	1 092 648,37 €	3 044 617,77 €	67,84	38,20
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2 008 228,79 €	5 014 067,38 €	7 022 296,17 €	2 031 688,44 €	805 255,82 €	2 836 944,26 €	40,10	40,40
2.4.3.	SANEAMENTO	3 477 628,91 €	12 647 624,52 €	16 125 253,43 €	2 924 820,05 €	2 538 597,83 €	5 463 417,88 €	73,00	33,88
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3 324 777,28 €	11 276 219,84 €	14 600 997,12 €	2 567 345,85 €	2 474 790,73 €	5 042 136,58 €	74,44	34,53
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1 714 867,92 €	7 616 580,07 €	9 331 447,99 €	1 527 288,97 €	1 489 216,65 €	3 016 505,62 €	86,84	32,33
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	72 846,35 €	685 604,24 €	758 450,59 €	288 784,52 €	44 127,14 €	332 911,66 €	60,58	43,89
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS	3 235 569,28 €	3 781 477,42 €	7 017 046,70 €	4 288 370,95 €	1 629 905,46 €	5 918 276,41 €	50,38	84,34
2.5.1.	CULTURA	2 559 357,12 €	2 266 627,19 €	4 825 984,31 €	3 589 435,53 €	1 468 270,62 €	5 057 706,15 €	57,37	104,80
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	676 212,16 €	1 514 850,23 €	2 191 062,39 €	698 935,42 €	161 634,84 €	860 570,26 €	23,90	39,28
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>10 193 399,43 €</b>	<b>31 460 960,74 €</b>	<b>41 654 360,17 €</b>	<b>13 147 975,23 €</b>	<b>5 326 530,99 €</b>	<b>18 474 506,22 €</b>	<b>52,26</b>	<b>44,35</b>
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	5 369 605,49 €	22 100 107,49 €	27 469 712,98 €	4 323 538,82 €	2 558 233,32 €	6 881 772,14 €	47,64	25,05
3.2.1.	ENERGIA	3 823 890,40 €	9 770 273,73 €	13 594 164,13 €	3 837 726,72 €	2 558 233,32 €	6 395 960,04 €	66,90	47,05
3.2.2.	ACTIVIDADE INDUSTRIAL	1 545 715,09 €	12 329 833,76 €	13 875 548,85 €	485 812,10 €	- €	485 812,10 €	0,00	3,50
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4 497 749,07 €	7 082 201,44 €	11 579 950,51 €	8 524 902,79 €	2 510 402,52 €	11 035 305,31 €	55,82	95,30
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4 497 749,07 €	7 082 201,44 €	11 579 950,51 €	8 524 902,79 €	2 510 402,52 €	11 035 305,31 €	55,82	95,30
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	132 278,24 €	1 704 101,00 €	1 836 379,24 €	207 011,99 €	69 884,34 €	276 896,33 €	52,83	15,08
3.4.1.	MERCADOS FEIRAS	64 551,46 €	1 704 101,00 €	1 768 652,46 €	207 011,99 €	45 466,40 €	252 478,39 €	70,43	14,28
3.4.2.	TURISMO	67 726,78 €	- €	67 726,78 €	- €	24 417,94 €	24 417,94 €	36,05	36,05
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	193 766,63 €	574 550,81 €	768 317,44 €	92 521,63 €	188 010,81 €	280 532,44 €	97,03	36,51
3.5.1.	APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA E SUINICULTURA	193 766,63 €	574 550,81 €	768 317,44 €	92 521,63 €	188 010,81 €	280 532,44 €	97,03	36,51
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>529 306,64 €</b>	<b>1 000,00 €</b>	<b>530 306,64 €</b>	<b>157 982,14 €</b>	<b>529 306,64 €</b>	<b>687 288,78 €</b>	<b>100,00</b>	<b>129,60</b>
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	529 306,64 €	1 000,00 €	530 306,64 €	157 982,14 €	529 306,64 €	687 288,78 €	100,00	129,60
<b>Total:</b>		<b>33 626 722,63 €</b>	<b>90 804 320,38 €</b>	<b>124 431 043,01 €</b>	<b>34 953 862,05 €</b>	<b>20 644 264,53 €</b>	<b>55 598 126,58 €</b>	<b>60,56</b>	<b>44,37</b>

- Funções Gerais: 1.892.462,92€, com uma taxa de execução anual de 54,11%; -----  
 - Funções Sociais: 12.895.963,98€, com uma taxa de execução anual de 66,45%; -----  
 - Funções Económicas: 5.326.530,99€, com uma taxa de execução anual de 52,26%. -  
 Relativamente às Funções Gerais, a subfunção que obteve maior execução foi a relativa a Serviços Gerais de Administração Pública”, com 1.380.783,98€, ou seja, 47,19% do





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*Total da Despesa do PPI executado, verificando-se um decréscimo do montante executado de 12,26% face ao ano anterior. -----*

*No âmbito das Funções Sociais, a Subfunção que mais contribuiu para a execução do PPI, foi a referente a “Habitação e Serviços Coletivos”, que apresenta uma execução de 8.444.636,54€ e representa 69,17% da despesa executada do PPI, verificando-se uma quebra do montante executado, de 0,66% face ao ano de 2021. -----*

*No âmbito das Funções Económicas, as Subfunções que mais contribuíram para a execução do PPI, foram: - “Indústria e Energia”, alcançou uma execução de 2.558.233,32€, representando 47,64% da despesa executada do PPI, demonstrando uma diminuição de 35,17%, do montante executado, face ao ano de 2021, e “Transportes e Comunicações”, que reflete uma execução de 2.510.402,52€, traduzindo 55,82% do total de despesa executada no PPI, denotando-se um decréscimo de 8,62%, face ao exercício anterior. -----*

*Nas GOP(s) de 2022, as funções sociais, assumem inequivocamente a maior expressão financeira, tendo sido aquelas que também mais contribuíram para a execução do PPI, logo seguidas pelas funções económicas, as quais, em conjunto, representaram um investimento total de 18.222.494,97€. -----*

*Por último, algumas considerações genéricas sobre aspetos ainda referidos e que gostaria de dar devido destaque. -----*

*No ano de 2022, foi possível incrementar o apoio financeiro às freguesias em matéria de competência própria das mesmas, para além do apoio material e logístico propiciado pelos serviços operacionais do município, em reconhecimento da insuficiência dos respetivos recursos próprios para responderem às necessidades das respetivas comunidades locais, que se concretizou em valor superior a um milhão e cem mil euros, se considerarmos, também, o apoio concedido à Associação de Freguesias do Concelho de Chaves. -----*

*As instituições sem fins lucrativos, em particular associações desportivas, culturais e sociais, bem mereceram também uma atenção particular ao nível dos apoios financeiros concedidos, concretizados em mais de dois milhões de euros, como forma de reconhecimento, ainda que manifestamente insuficiente, do relevante papel que têm vindo a desempenhar juntos dos respetivos beneficiários que são, afinal, os nossos concidadãos. -----*

*O bom desempenho das finanças municipais permitiu ainda aumentar a capacidade de endividamento do município de Chaves, que, em finais de 2022, em termos de margem absoluta, se concretiza, como já foi afirmado antes, em 33.456.395,54€, situação que permitirá contribuir para a concretização de vários projetos há muito ambicionado pelos flavienses, estou naturalmente a referir-me, à piscina municipal coberta, que é um anseio e um desejo coletivo mas também deste Executivo Municipal para que possa finalmente acontecer depois de muitos e muitos anos de promessas algumas das quais que se concretizavam, também em piscinas olímpicas, sucessivamente deslocalizadas de local não tendo sido sequer concretizadas, ao pavilhão multiusos/desportivo e à requalificação progressiva das vias municipais, sem esquecer o incremento de respostas sociais, seja de natureza física ou a nível assistencial. -----*

*O desempenho da atividade municipal durante 2022 foi francamente positivo, tendo ficado evidenciada o acerto da estratégia adotada de reponderação das prioridades municipais, na estabilização crescente da despesa pública e no esforço na arrecadação de receita municipal, sem que tenham sido adotadas medidas que tenham causado impacto negativo nos rendimentos da população do concelho. -----*

*O quadro comunitário Portugal 2020, no ano em análise, evidenciou bom nível de execução, tendo revelado, em 2022, um impulso significativo, com a adjudicação de operações de elevado investimento público municipal, objeto de cofinanciamento europeu, encontrando-se, muitas concluídas e outras em fase de conclusão. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*O município de Chaves, no ano em avaliação, cumpriu escrupulosamente as regras relativas ao limite de endividamento, aliás reforçou significativamente a respetiva capacidade de endividamento, bem como reduziu, expressivamente, o prazo médio de pagamentos, para mínimos históricos, tendo, desta forma, na nossa perspetiva, contribuído para a resiliência da economia local. -----*

*Em síntese, pode afirmar-se que o Município de Chaves enriqueceu o seu património, diminuiu substancialmente o passivo, reduziu, por isso, a dívida a terceiros, prestou serviços de qualidade aos cidadãos e às empresas, realizou obra significativa, visível, útil e sustentável, mas sobretudo reforçou a capacidade, diria mesmo a liberdade, de concretizar as prioridades sufragadas pelos flavienses no último ato eleitoral autárquico. Por último, como não podia deixar de ser, quero, também, aqui à semelhança do que fiz no órgão executivo, deixar uma palavra pública de apreço a todos quantos contribuíram para o nível de desempenho evidenciado na prestação de contas, relativa ao exercício de 2022, com referência expressa a todos os membros dos órgãos municipais, executivo e deliberativo, naturalmente com maior relevo para os Senhores Vereadores em regime de tempo inteiro, que comigo diariamente trilham o mesmo caminho, mas também, aos dirigentes municipais das diferentes unidades orgânicas, que desenvolveram um trabalho muito profícuo e muito relevante, que está bem evidenciado nos relatórios, que tiveram oportunidade de perceber, todas as divisões fizeram de forma sintética e deram nota de quais foram as principais atividades e ações desenvolvidas, no período em análise e naturalmente, denotam todas elas um compromisso muito relevante e um labor muito profícuo, mas também, como não podia deixar de ser uma palavra de apreço aos muitos trabalhadores, das diferentes carreiras/categorias, porque, de facto, sem eles esta grande máquina que é a Câmara Municipal não tem capacidade de ação e de intervenção, por isso, também, uma palavra de apreço a toda quantos a nossa comunidade local, naturalmente uma palavra particular em primeiro aos senhores Presidentes de Junta, aos senhores Dirigentes das diferentes Associações, a todos que integram as IPSS(s) existentes no nosso concelho, porque, de facto, são muitíssimo importantes nesta nossa resposta integrada, coletiva e abrangente que queremos dar àquilo que são as necessidades coletivas do nosso concelho, mas, sobretudo aos flavienses que são a razão e a essência da nossa missão de serviço público. -----  
Por tudo isto, peço naturalmente uma avaliação positiva a este exame. Muito obrigado a todos. -----*

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Antes de prosseguirmos com as intervenções, temos que definir também os tempos que irão ser atribuídos de acordo com as alterações que houve nos Grupos Municipais. Seguindo o mesmo critério que utilizámos para o Período de Antes da Ordem do Dia, os tempos passarão a ser os seguintes. -----

No Período da Ordem do Dia, nos assuntos considerados mais importantes e que estão mencionados no Anexo B do Regimento, a CDU mantém os 10 minutos, o BE mantém os 10 minutos, o CDS passa de 11 minutos para 10 minutos, seguindo o critério que aqui está que é 9 minutos mais 30 segundos por deputado municipal arredondado por excesso para a unidade de minuto e os Independentes passam a ter 5 minutos cada Independente. No anexo C Período da Ordem do Dia, nos outros assuntos, a CDU mantém os 6 minutos, o BE mantém os 6 minutos, o CDS mantém os 6 minutos e os Independentes passam a ter 4 minutos. Se alguém está em desacordo com esta proposta faça o favor de dizer. Interpreto o silêncio como concordância. Muito obrigado. Peço aos serviços de apoio que tenham em consideração estes dados, vamos prosseguir com este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

**Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento vossa excelência senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, trabalhadores do município, demais público e órgãos de comunicação social aqui presente. -----

*“Na senda daquilo que já aqui o senhor Presidente da Câmara aqui, chegámos ao momento por excelência em que se faz uma avaliação mais técnica do desempenho da governação municipal, em que a velha máxima “facta non verba” tem uma aplicação plena, porque que temos que nos subsumir aos factos evidenciados nos documentos de prestação de contas, no caso, referentes ao ano de 2022. Apesar de extensos e densos, o que faz do município uma “empresa” com um volume financeiro avultado, sendo que aqui o conceito de “empresa” deve ser entendido em sentido figurativo, são os mesmos o meio mais fidedigno de proceder à avaliação da gestão autárquica e municipal. A política de recuperação, a política de transparência, de objetividade e verdade, tem dado evidentes resultados, sendo certo que sempre andou este executivo de mão dada com os interesses dos cidadãos e com a proteção social dos mesmos, sem descurar os importantes e relevantes investimentos em curso, bem como aqueles que já se encontram a ser projetados e que estão a incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, trazendo de volta um conceito de centralidade e de importante dinamização para a região do Alto Tâmega e Barroso, assumindo a nossa cidade o ponto agregador e potenciador; -----*

*- Alguns números nos merecem destaque, como seja o património líquido do município, que se cifra em mais de 156 milhões de euros. Sendo o património líquido encontrado por via da subtração aos ativos do correspondente passivo, é notável a cifra alcançada, o que evidencia que Chaves está mesmo no rumo certo! Tal como podemos destacar a diferença positiva entre os valores referentes às receitas vs gastos, resultando num saldo positivo a favor das primeiras, o que será sempre bom sublinhar. -----*

*- Na apreciação da execução referente ao ano de 2022, importa retermos 3 ideias chave: -----*

*1ª – O valor global do orçamento; -----*

*2ª – A taxa de execução; -----*

*3ª – O valor do investimento. -----*

*- São sobejamente conhecidas as enormes dificuldades conjunturais com que nos deparamos, sendo certo que nunca será demais recordá-las. A pandemia, cujos efeitos ao nível económico ainda são bem patentes, a inflação elevada, a guerra na europa que potencia esse mesmo movimento inflacionário, que conduz ao aumento generalizado dos preços, obrigando a um penoso exercício de gestão financeira e económica das instituições e das empresas. Todavia, contra ventos e marés verificamos que este executivo não se amedronta, e de forma muito capaz, responsável, ponderada e assertiva executa de forma notável o seu orçamento, capacitando cada vez mais a autarquia de boas condições financeiras, apoiando cada vez mais os cidadãos, não só na vertente propriamente social, mas também na vertente comercial, como sejam os apoios dados às pequenas empresas e aos comerciantes em geral. -----*

*- Constatamos que a taxa de execução do orçamento se cifra num percentual de 89,22%, o que é notável, confirmando aquilo que acima acabou de se mencionar. Uma taxa de execução desta grandeza, a mais elevada dos últimos anos, demonstra bem a responsabilidade, a ponderação e o realismo deste executivo quando lança mãos aos projetos e à elaboração do seu plano de ação, não embarcando nas tão características “megalomanias” que existiram em mandatos anteriores, e que nunca nos trouxeram as prometidas piscinas olímpicas, ou a tão propagandeada cidade desportiva. Ao invés, de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*pés bem assentes no chão, este executivo sabe aquilo que pode fazer e aquilo que promete CUMPRE!* -----

*- Ao fazermos a leitura dos documentos de prestação de contas verificamos que em todas as rubricas existe uma notável execução das mesmas, sem que se comprometa o futuro do município, ou se penhore o mesmo, pois a dívida teve um recuo de 47,93%, comparando os períodos homólogos de 2017 e 2022. Sim, tem sido realizada obra, com uma diminuição da dívida, apesar de todas as dificuldades conjunturais existentes, não colhendo quaisquer das críticas que por vezes a oposição, de forma titubeante, aqui vem fazer, pois estamos em crer que nem os próprios nelas acreditam e que não passam daquilo que em política se designa por fazer “uma prova de vida”!* -----

*- Os sinais de enriquecimento do município estão bem patentes nestes resultados, porquanto há financiamento com base em receita corrente, sendo um evidente sinal de saúde económica e financeira, que mais uma vez se verifica neste exercício;* -----

*- Permitimo-nos igualmente destacar a capacidade de endividamento alcançada, o que contribui para a realização de projetos há muito sonhados e desejados pelos flavienses, como o Sr. Presidente tão bem referiu e sublinhou;* -----

*- O valor do investimento, que tem vindo a aumentar, sem que se comprometam os demais compromissos, a circunstância dos pagamentos serem feitos cada vez mais a tempo e horas aos fornecedores locais, a dinamização da cidade e do concelho, o entrosamento das freguesias e sua participação no governo do concelho são matrizes alcançadas mercê do esforço, aplicação e excelente capacidade de gestão deste executivo.* -----

*- Porque ontem se celebrou Abril, e porque todos os dias são para dignificar e celebrar tal data, não ficaríamos de consciência tranquila se não sublinhássemos a qualidade e quantidade de informação que este executivo faculta aos membros desta assembleia, que permite o mais transparente escrutínio das contas e do quotidiano municipal, o que deve ser tomado como um exemplo, pois, como ontem disse o Sr. Presidente da Câmara no discurso de comemoração dos 49 anos do 25 de Abril, uma gestão transparente e clara também é cumprir Abril;* -----

*- Assim sendo, e porque tal desígnio deve nortear a ação de todos os órgãos autárquicos, e porque de firme convicção nos apraz olhar para esta prestação de contas, em nome de todo o grupo municipal do PS aqui expressamos o nosso apoio e voto favorável!”* -----

Muito obrigado, tenho dito. -----

**Carlos Guilherme de Melo Gouveia**, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

*“Bom dia a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, elementos de apoio a esta assembleia, órgãos de comunicação social presentes, flavienses.* -----

*(Começando logo aqui por, em menos de 20 segundos, desrespeitar um pouco a ordem de trabalhos, se me permitem: Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal! Viva Chaves!* -----

*Pedindo desculpa a todos por este parêntese que nunca é apenas um aparte numa instituição democrática, passo ao ponto que estamos a discutir.)* -----

*Em primeiro lugar, em nome do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, quero felicitar os técnicos responsáveis pela elaboração dos documentos que acompanham este ponto da ordem de trabalhos.* -----

*Agora, sendo breve, há aspetos que quero realçar neste ponto:* -----

*- Na ata da reunião de câmara está escrito, e passo a citar, “no exercício em exame foi financiado investimento, ou seja, despesas de capital, com base em receita corrente, o que constitui um sinal de boa gestão e de enriquecimento patrimonial do município.”, o*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*que não poderia agradar-me mais, já que por várias vezes alertei que o crescimento provisional da despesa corrente tem sido superior ao da receita corrente e, a este ritmo, tornará completamente impossível esse financiamento que, concordamos, é um sinal de boa gestão.* -----

*- Em segundo lugar, vemos um desvio de quase 10 milhões de euros entre receita e despesa executadas, o que se traduz em cerca de 17% da receita que poderia ter sido posta ao serviço dos munícipes. Não obstante seja salutar a criação de uma almofada financeira, não aproveitar aproximadamente um quinto da receita obtida parece-nos mais uma estratégia política eleitoralista do que um ato de boa gestão.* -----

*- Ademais, surpreende-nos que nesta conjuntura económica, tenha sido apenas executado 70,56% do que estava orçamentado para a Educação, 82,52% para a Segurança e Ação Social, 69,17% para Habitação e Serviços Coletivos ou 50,38% para Serviços Culturais Recreativos e Religiosos, de onde se destaca 23,90% para o Desporto e Lazer.* -----

*Isto traduziu-se num aumento das disponibilidades de caixa e depósitos de quase 5 milhões de euros, num contexto económico difícil e em que consideramos que este dinheiro seria mais bem aproveitado se posto ao serviço dos flavienses, em particular daqueles que mais sentem os efeitos das várias crises pelas quais atravessamos.* -----

*Por ser o resultado da execução de um orçamento no qual não nos revimos em momento oportuno, por não parecer ser, inclusivamente, uma execução cuidada do mesmo e por não ter respondido aos problemas da população que se foram avolumando ao longo de 2022, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata abster-se-á na sua votação.* -----

*Muito obrigado a todos.* -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----  
Muito bom dia, novamente, senhor Presidente da Mesa, senhor e senhora Secretários, distintos Membros deste Executivo Municipal, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, sejam eleitos diretamente, sejam as senhoras e senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia e demais pessoas que nos acompanham nesta nossa sessão. De facto, estamos num dos momentos mais importantes, na minha perspetiva, da atividade municipal e particularmente da intervenção dos respetivos Órgãos do Município. Tive a oportunidade de deixar aqui algumas considerações no enquadramento da prestação de contas que já tinha feito em sede da reunião de Câmara. Tenho também, se tiverem paciência para ouvir, mais algumas coisas para dizer sobre esta matéria e vou procurar enquadrá-las naquilo que possam ser respostas a dar aqui a algumas interpelações, mas sobretudo a algumas apreciações que foram aqui feitas de cariz subjetivo pelos excelentíssimos e digníssimos membros desta Assembleia que sobre esta matéria tiveram oportunidade de intervir. -----

Naturalmente, primeiro, sobre a intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Rui Pinheiro, do PS, que fez uma análise muito centrada na questão económica e financeira com algumas menções a nível patrimonial e também orçamental. Dizer que agradecemos essa avaliação positiva que fez e ter posto em evidência alguns dos indicadores que traduzem uma tendencialmente saúde financeira, um reforço patrimonial e uma sadia gestão das contas do Município. Todos sabemos que nem sempre foi assim, porque, de facto, não é preciso ir muito lá atrás para percebermos verdadeiramente o que é que aconteceu ao nível da gestão e que atos foram praticados e que consequências tiveram naquilo que é a degradação da capacidade de resposta relativamente às necessidades da nossa comunidade. O Membro desta Assembleia Municipal, Rui Pinheiro, já quase estava a adivinhar a intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, do PSD, de facto, veio cá fazer prova de vida, de facto o que fez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

foi isso e eu vou dizer porque, já vou dar nota porque é que, na minha perspetiva, por dever de ofício teve efetivamente de dizer o que disse, porque verdadeiramente o que disse foi muito pouco. Percebemos naturalmente esta dialética política, esta divergência política é salutar em democracia e, portanto, saúdo o membro desta Assembleia Municipal, Carlos Gouveia, pelo PSD, por esta energética declaração de evência do Portugal moderno e democrático que o 25 de abril nos trouxe e, de facto, saúdo também e revejo-me verdadeiramente nesses vivas que aqui fez, quer ao 25 de abril, quer a Portugal, quer a Chaves, porque traduz verdadeiramente essa vontade de podermos contribuir todos para a concretização de um Portugal mais justo, mais democrático, mais plural, mais livre, mais inclusivo, mais desenvolvido. Penso que é isso que todos nós ambicionamos ainda que naturalmente façamos avaliações diferentes e, nalguns casos, empreendamos caminhos diferentes, mas todos legítimos e todos respeitáveis se forem respeitosos para com os outros. Relativamente a algumas das questões que aqui deixou e de alguns comentários que fez, queria naturalmente partilhar consigo e com toda esta Assembleia aquilo que é a minha avaliação sobre aquilo que afirmou. Primeiro, dizer que, como sabe, a taxa de execução das receitas de capital, quer o valor absoluto das receitas, quer da taxa de execução das receitas de capital, ficam sempre aquém da execução das taxas das receitas correntes, e sabemos bem porquê, se tiver o cuidado de analisar exercícios pretéritos, designadamente exercícios de 2001 (dois mil e um) a 2017 (dois mil e dezassete), perceberá bem não só a expressão da receita de capital que era muitas vezes garantida por financiamentos obtidos, financiamentos bancários, como sabe, no nosso caso, isso só se limitou apenas para substituição de empréstimos contratados anteriormente por executivos, por acaso, do seu partido político, já agora, há que dizê-lo. E, portanto, se quiser perceber as razões, as causas desta expressão ou fraca expressão em termos absolutos da receita capital, mas também da taxa de execução. Acho que não há melhor coisa do que analisar a prestação de contas do PSD de 2001 (dois mil e um) a 2017 (dois mil e dezassete) e certamente lá encontrará as melhores respostas para a sua pergunta. Mas, ainda assim, vou deixar aqui alguns tópicos sobre isso: como sabem, desde que os fundos de equilíbrio financeiro que constam na Lei das Finanças Locais deixaram de ter expressão financeira no que concerne à dimensão de capital e, como sabem, há 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez) anos, o FEF que era transferido particularmente para os Municípios, também é transferido para as Freguesias. Tinha 2(duas) dimensões: corrente e de capital. A de capital tinha de facto alguma expressão, a verdade é que nos últimos anos, eu de memória não sei, mas se calhar em 2022 (dois mil e vinte dois) as transferências de capital em matéria de FEF serão um pouco acima de 1 000 000,00€ (um milhão de euros), mas se me derem um segundo, eu já direi, eu já confirmo, penso que é 1 300 000,00€ (um milhão e trezentos mil euros) um pouco acima, portanto, essa é uma explicação. -----

Outra explicação, é que, como sabem, nós não vendemos património, não vendemos terrenos, não alienámos participações sociais, não vendemos ações e, por isso, não encontrará também receita nessa dimensão. Se nós, por exemplo, como outrora, vendêssemos participações sociais ou vendêssemos bens imóveis, então a receita de capital também tinha mais expressão, mas nós não o fizemos nem fazemos, ao invés de vendermos, compramos património. Portanto, em vez de estar na dimensão da receita, está na dimensão da despesa, despesa de capital e, portanto, essa é outra explicação. -----

Depois, dizer que grande parte das causas e dos fundamentos da receita de capital tem a ver com os fundos europeus, como sabe! Nós estamos, neste momento, na fase final de execução do Portugal 2020 e, nessa perspetiva, é natural que o valor arrecadado de fundos europeus tenha vindo a diminuir, ainda assim, tem uma expressão, na nossa perspetiva, muito, muito significativa. Portanto, essas são as causas principais para esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

circunstância do valor da receita de capital não ser como gostaríamos, de muitos milhões, mas ele nunca será, nem é hoje, nem será no futuro a não ser que passemos a adotar a estratégia que foi adotada nos 4 (quatro) mandatos do PSD, que era contratar empréstimos, então as receitas de capital iriam ser muito expressivas, acredite. Depois, dizer-lhe que veio aqui dar nota, valorizando este esforço crescente de poupança corrente que tem sido feito no sentido de que nós não só compramos o princípio do equilíbrio orçamental ou da regra do duplo equilíbrio orçamental que é as despesas não serem superiores às receitas e que as despesas correntes não serem superiores às receitas correntes, isso está aí bem evidenciado, está bem evidenciado na prestação de contas e nos documentos do relatório, quer de caráter de execução orçamental que estão apresentadas no extenso dossier e que, de facto, denota um laborioso e competente trabalho dos serviços financeiros do Município que, curiosamente, são os mesmos que eram à data da gestão do PSD. Portanto, os serviços financeiros são os mesmos, mas a verdade é que o trabalho tem sido mais profícuo e mais capaz, não sei porquê? Sobre esse capítulo dizer que para além da execução, a execução sem nenhuma retificação do orçamento, ser perto de 90% (noventa por cento), isto diz bem da capacidade de execução e da melhoria. Eu atrevo-me a desafiá-lo a poder visitar a prestação de contas do período entre 2002 (dois mil e dois) a 2017 (dois mil e dezassete) para perceber quais são as taxas de execução que lá tem e se alguma taxa sem orçamentos rectificativos se aproxima desta dos 90% (noventa por cento) que nós hoje aqui apresentamos. Por outro lado, também dizer-lhe que esta poupança corrente é desejável, é algo que ambicionamos, no entanto, devo dizer que a minha preocupação é grande e a minha preocupação é grande porque? Como percebem das palavras que eu disse antes, as receitas de capital serão cada vez menores e no momento em que nós não tenhamos fundos comunitários, ou fundos europeus, então, nesse momento, quiçá, os Municípios tenham receitas de capital pouco expressivas e farão pouquíssimo investimento e isso não acontecerá até 2029 (dois mil e vinte e nove) ou 2030 (dois mil e trinta), porque teremos, ainda assim, financiamentos europeus que estão, neste momento, em processo de discussão ao nível regional. Depois disso, de facto, não havendo financiamento europeu a questão será muito crítica e muito difícil, não só, porque como todos nós sabemos as Autarquias Locais e particularmente os Municípios têm uma grande responsabilidade no que diz respeito à satisfação de necessidades coletivas básicas que é tudo despesa corrente, ou seja, assegurar os transportes sejam os públicos compensando-os, sejam os transportes escolares, é despesa corrente, suportar os encargos relacionada com iluminação pública é despesa corrente, a iluminação dos edifícios é despesa corrente, olhe, as despesas com pessoal são despesas correntes, um conjunto muito relevante de apoios que se dão às freguesias e que se dão às IPSS, são despesa corrente, enfim, uma grande parte daquilo em que se consubstancia a atividade municipal na multiplicidade das suas ações são despesa corrente, como são despesa corrente todas as ações ou grande parte das ações com atividades que nós desenvolvemos no âmbito das matérias de delegação de competências na educação, mais uma vez é tudo quase despesa corrente, na saúde será despesa corrente, no social será despesa corrente, portanto, é verdade que os Municípios têm, sobretudo, uma vocação de prestação de serviços e os serviços são por definição despesa corrente. Portanto, é uma preocupação e partilho dessa preocupação, mas, de qualquer das formas, dizer que a nossa vocação primeira e principal é satisfazer necessidades, primeiro as mais básicas: de saneamento; de fornecimento de água; de limpeza de dimensão pública; de transporte; de apoio social; de apoio às coletividades, enfim, de uma vasta e de uma panóplia muito significativa de respostas que nós temos que dar aos nossos concidadãos que são, no essencial, despesa corrente. Ainda assim, com tudo isso, conseguimos em 2022 (dois mil e vinte e dois), imagine, só ter este valor de saldo corrente muito, muito significativo, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

parece que é uma nota positiva não sei se a apresentou como positiva ou não, para mim é uma nota muito, muito positiva. -----  
Depois, dizer que não partilho da sua visão de que os saldos, designadamente o chamado saldo de gerência que nós transferimos para o próximo ano e que não são 12 000 000,00€ (doze milhões de euros), porque parte desse valor, 2 400 000,00€ (dois milhões e quatro centos mil euros) ou 2 500 000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) são, como sabe, valores das operações de tesouraria e, portanto, não é dinheiro disponível do Município, mas sim, só pode ser utilizado se nós tivermos que usar as cauções, designadamente por incumprimento dos contratos de fornecimento ou contratos de empreitada. E, portanto, ainda assim, é um valor muito próximo dos 9.000.000,00€ (nove milhões de euros), é um valor muitíssimo relevante, olhe que vai ser utilizado, contrariamente à sua opinião ele não vai ser utilizado em 2025 (dois mil e vinte e cinco) como quis sugerir, que seria para ser utilizado em época de eleições, porventura, outros o terão feito, nós não o temos feito nem sequer na relação com as Freguesias em que temos dado sempre os mesmos valores, não damos os valores de apoio diferentes no primeiro ano de mandato ou no ano anterior às eleições, fá-lo-emos sempre da mesma forma. Portanto, esse saldo de gerência que como já se percebeu se transferiu e já se utilizou para reforçar o orçamento do ano de 2023 (dos mil e vinte e três), como sabe, já veio aqui a esta Assembleia Municipal essa possibilidade, o que se vai fazer com ele? Olhe, é financiar parte da requalificação da estrada de Montalegre. E, portanto, não vai ser para obras eleitorais, não vai ser para 2025 (dois mil e vinte e cinco). Portanto, se estivesse como presumo que tenha estado atento na sessão da Assembleia Municipal em que nós alterámos o orçamento inicial, perceberá que todo esse saldo que diz que é para período eleitoral, vai ser usado este ano e, provavelmente, também algum no próximo ano. Agora quem faz gestão e faz gestão privada, ou faz gestão pública, sabe sempre que as taxas de execução apesar de muito compromisso, muito planeamento, de muito acompanhamento elas nunca serão de 100% (cem por cento), como é óbvio. Portanto, quis trazer aqui uma nota positiva de uma execução baixa, eu desafio, compare com as execuções dos executivos anteriores a este, designadamente nos últimos 10 (dez) ou 20 (vinte) anos, depois diga-me quais foram os executivos que conseguiram melhor taxa de execução do que aquela que neste momento está em análise, fica o desafio para depois partilhar connosco numa próxima Assembleia Municipal, pode ser? Já vi que pode, pois, eu percebo, percebo que o membro desta Assembleia Municipal não possa aprovar ou não possa votar a favor da prestação de contas. Portanto, que venha aqui evidenciar e dar nota que se vão abster, eu percebo, compreendo, até aceito enfim, eu até digo uma coisa, porventura, o partido pelo qual fui eleito, faria o mesmo. Portanto, não vejo isso como sendo algo muito crítico, compreendo, aceito, já não aceito, sinceramente, é que venha cá dizer que nós não conseguimos dar resposta a um conjunto muito significativo de necessidades dos nossos concidadãos, que a execução é incompleta e que estão muitos problemas para resolver, pois, eu digo-lhe, claro que estão muitos problemas para resolver, só por isso é que este executivo existe, só por isso é que há órgãos autárquicos, só por isso é que há as instituições públicas, é para irem resolvendo todos os problemas que acontecem, mas seguramente no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) resolvemos muitos problemas. Dizer-lhe sinceramente que depois de uma pandemia, depois de um contexto inflacionista que pressionou muito e vai pressionar também este ano, quer sejam os investimentos Municipais, porque tivemos incrementos substanciais, sobretudo nas obras públicas na ordem dos 30% (trinta por cento) ou cerca de 30% (trinta por cento) e suportar a subida dos preços da energia e dos combustíveis. Dizer outra coisa, apesar de ser justo, tivemos os muitos encargos associados ao incremento daquilo que foram os apoios sociais e daquilo que foram outras coisas muito importantes, também as remunerações. Ainda bem que tem havido aumento do salário mínimo, ainda bem que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

tenha havido alterações salariais, mas isso, significa que o Município tenha capacidade para poder acomodar esses incrementos. A verdade é que o orçamento municipal tem acomodado todos esses incrementos, tem sido capaz de dar resposta a essas necessidades, é verdade, ainda assim, apresenta um saldo, apresenta uma evolução, que na minha perspetiva, é notável. Portanto, penso que esteve e terão estado todos atentos àquilo que tem sido a evolução da redução da dívida, da dívida total do Município. Acho que é muito importante olhar para isso, 18.000.000€ (dezoito milhões de euros) em 5 (cinco) anos é muito milhão de euros e, ao mesmo tempo, fazer investimento significativo que transformou muito a nossa cidade e que continua a afirmar Chaves no contexto regional e no contexto sub-regional, eu acho que isto é muito importante e não custava nada reconhecer algumas das coisas importantes que foram feitas, embora criticando outras. Agora, dizer que não demos resposta ao conjunto das necessidades coletivas, é não conhecer a população, é não andar no território, na minha perspetiva, é ser injusto para com os cidadãos e para com este Executivo Municipal. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e quatro votos a favor e dezasseis abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luís Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira e Francisco António Pinho Peixeiro. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----  
Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação do Presidente de Santo Estevão – António Manuel da Costa Ramos, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarinho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Montalvão, José Pimentel Sarmiento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, Anabela Maria Neves Martins, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Diamantino Francisco Maia Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal dos Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: --

Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro. -----

Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco. -----

-----  
PONTO 4 - APROVAÇÃO DAS MINUTAS DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO CONJUNTO DE BENS, IMÓVEIS E TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A. PROPOSTA N.º 33/GAPV/23; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa em exercício, senhora Secretária, senhores Membros do Órgão Executivo, senhores Membros do Órgão Deliberativo. Venho fazer uma nota, naturalmente breve, ainda assim queria deixar aqui alguns apontamentos sobre a motivação e a contextualização desta proposta. Antes de iniciar a minha intervenção sobre este ponto quero dar uma nota relativamente a um valor que há pouco não consegui dizer para poder responder ao senhor membro desta Assembleia, Carlos Gouveia, do PSD, o valor do FEF capital é de 1 470 400,00€ (um milhão quatrocentos e setenta mil e quatrocentos euros), eu bem dizia que era quase 1 500 000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), ou seja, 1 470 400,00€ (um milhão quatrocentos e setenta mil e quatrocentos euros) é o valor do FEF capital que o Estado transfere para o Município, andava alinhado mais ou menos com o valor que eu tinha dito de memória. Agora regressando à questão, este assunto é um assunto que é sobejamente conhecido por muitos dos membros desta Assembleia Municipal, no essencial tem a ver com a intenção de valorização e aproveitamento de todas as infraestruturas e de todas as estruturas de apoio que faziam parte desta componente da antiga linha ferroviária do Corgo. Foi extinta, encerrada em janeiro de 1990 (mil novecentos e noventa) e pelos diferentes Executivos Municipais houve sempre o intuito de a valorizar, de lhe dar relevância, enfim, dar-lhe importância sob o ponto de vista turístico, aliás, o edifício onde nós estamos, neste momento, a fazer esta sessão da Assembleia Municipal era, ainda é, peço desculpa, é um terreno Público e do Estado, faz parte da concessão, portanto, queremos tendencialmente harmonizar esta situação. -----

Houve, e não está explicitado no documento, um conjunto muito significativo de iniciativas, de reuniões, primeiro com o senhor Ministro das Infraestruturas, depois com a Administração das Infraestruturas de Portugal, depois com outros interlocutores no sentido de podermos, e era a nossa ambição inicial, fazer a aquisição desejavelmente por via de liberalidade através de uma doação e o Município poder definitivamente ser proprietário quer do espaço canal ferroviário, quer de todas as estruturas de apoio fossem estações ou fossem apeadeiros daqueles que estivessem na esfera do Estado. Foi-nos dito, reafirmado sempre, que tratando-se de uma concessão, tratando-se de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

domínio público ferroviário e que tinha sido concessionada pelo Estado Português antes à CP e agora integrado nas Infraestruturas de Portugal, não havia essa possibilidade de fazer essa doação, sem que, de forma prévia, houvesse uma desafetação do domínio público ferroviário nacional, o que seria um processo muito complexo, muito difícil e que, porventura, estaríamos muitos anos para o poder concretizar. -----  
Esta impossibilidade já estava também materializada em protocolos anteriores, seja no ano de 1996 (mil novecentos e noventa e seis) que a Câmara subscreveu com a CP e que depois foi revogado no ano de 2012 (dois mil e doze) com a assinatura de diferentes contratos que estão identificados na proposta. Naturalmente cuidámos de encontrar uma solução que permitisse pelo período temporal mais alargado que o Município pudesse tirar vantagens, que pudesse rentabilizar, que pudesse também dar-lhe outra utilidade económica e turística a todo esse património. -----  
Como sabem, muitos deles já estão a ser utilizados, designadamente este espaço, aqui era a antiga Estação de Chaves, também o apeadeiro da Fonte Nova, como sabem, existe há muito tempo lá instalada uma associação, que é a associação columbófila, mas também em Vidago, onde foi construído o Balneário Pedagógico de Vidago. -----  
Mas, ainda assim, é preciso dar-lhe outro enquadramento e garantir ainda melhor os direitos do Município. Portanto, o que se pretendeu e o que se pretende com estas minutas, é garantir que o Município de Chaves assuma a posição de subconcessionário por 25 (vinte e cinco) anos, embora o nosso desejo é que pudesse ser por 50 (cinquenta) anos, mas o enquadramento legal só permite no máximo que sejam 25 (vinte e cinco) anos e depois seja prorrogado, mas, ao mesmo tempo, que nós pudéssemos fazer esses contratos sob concessão, garantindo um conjunto de utilidades que nós gostaríamos de tirar, seja do espaço canal onde hoje já existe a Ecovia, como sabem, está concluída, como já referi há pouco, mas também de todas as estruturas de apoio sejam apeadeiros ou sejam estações. Para isso, quisemos garantir as soluções contratuais que foram firmadas em 2012 (dois mil e doze) e quisemos que no texto deste contrato, destas minutas, tivesse a possibilidade do Município adquirir definitivamente todos os edifícios relativamente aos quais já havia contrato promessa, mas sob condição de previamente ser feita a desafetação do domínio público ferroviário e se isso ocorrer, o Município exercerá o direito de opção e de aquisição e ficará proprietária dessas mesmas estações. -----  
Enquanto isso não acontecer, naturalmente os termos dos contratos de subconcessão são aqueles que nós trazemos como perceberão da leitura desta proposta, mas também dos respetivos anexos, particularmente dos contratos. Existe uma remuneração anual relativamente a cada uma das componentes, seja relativamente ao espaço canal, seja relativamente às respetivas estações, o valor global que aí está expresso, é de 23 468,75€ (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos). Mas a forma de acomodar a pretensão do Município que era não ter nenhum custo associado, traduzido na remuneração da utilização desse espaço, foi conseguido através de uma formulação que está expressa no nº 10 da cláusula 3ª de cada um dos contratos, é que toda e qualquer despesa de manutenção que o Município faça e faz designadamente na manutenção da Ecovia, será imputada, será dada como contravalor relativamente a este valor. Portanto, pela avaliação que nós fazemos, o custo anual de manutenção e de requalificação de toda esta infraestrutura, seja do espaço canal, sejam as estruturas de apoio, ele será muito superior aos 23 468,75€ (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), portanto, na prática verdadeiramente e materialmente ela será gratuita. Muito obrigado a todos. -----  
Não houve intervenções. -----  
**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----  
-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 5 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL REFERENTE AO ANO 2022. TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL; -----  
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----  
Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 6 – PROPOSTA NO ÂMBITO DA ALTERAÇÃO AO “REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CHAVES”. PROPOSTA N.º 34/GAPV/2023; -----  
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 7 - PROPOSTA DE REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAVES (CMSC). PROPOSTA N.º 27/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa aos senhores vereadores, à senhora vereadora e todos os membros deste órgão deliberativo. Este assunto que nós trazemos aqui à Assembleia Municipal tem a ver necessariamente com um conjunto de instrumentos normativos que temos que aprovar para podermos dar tradução a todas as competências que os Órgãos Municipais, no caso, os Órgãos Supramunicipais no âmbito da Comunidade Intermunicipal tenham que resolver no âmbito da área da saúde. Há um conjunto de iniciativas que têm que ser concretizadas, esta aqui é de cariz regimental, é para que se definam os termos em que este Conselho Municipal da Saúde deve trabalhar, quais são os órgãos que o compõem e que resultam necessariamente do Decreto Lei nº 23/2019 que foi o diploma setorial que permitiu transferir para as Autarquias Locais as competências em matérias de saúde. -----

Por isso, é que nós trazemos aqui este assunto para que seja sancionado. Este assunto estará intimamente ligado com o ponto seguinte que é para que esta Assembleia Municipal possa seguidamente designar um representante entre os Presidentes de Junta para integrar este órgão. Depois de aprovado este Regimento, será instalado para que possa começar a trabalhar, designadamente para que possa dar tradução a um plano de saúde que tem que ser concretizado a nível municipal. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade**-----

PONTO 8 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAVES (CMSC); -----

No uso da palavra o senhor Presidente a Mesa da Assembleia Municipal, Altamiro da Ressurreição Claro, disse, -----

Deu entrada na Mesa uma proposta conjunta do Grupo Municipal do PS e do Grupo Musical do PSD, que é a seguinte: -----

- Conselho Municipal de Saúde de Chaves, lista conjunta. -----

1º membro efetivo – Liliana Pires Lage; Presidente de Junta de Freguesia de Vilela do Tâmega; -----

2º membro suplente – Carlos Manuel da Cruz Chaves; Presidente da União de Freguesias de Soutelo e Seara Velha. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com sessenta e seis votos a favor, sete votos em branco e um voto nulo.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA AO APOIO NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS. / APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 30/GAPV/2023, C/ALTERAÇÃO; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia a todos novamente, senhor Presidente, senhores Secretários, senhores Vereadores e senhora Vereadora, senhores Membros do Órgão Deliberativo, este assunto que agora aqui trazemos, explica-se de forma muito simples. -----

Tem a ver com o compromisso que tem sido assumido pelos diferentes Executivos Municipais, é verdade que com diferentes expressões financeiras, mas traduz no essencial o mesmo objetivo e que se consubstancia neste apoio financeiro que o Município tem todos os anos concedido às várias Autarquias Locais, no caso, Freguesias e Uniões de Freguesias. Pretende, no essencial, reforçar a capacidade financeira destas Freguesias para poderem corresponder a um conjunto de solicitações e de necessidades das respetivas populações locais. -----

Como todos sabemos o referencial financeiro foi o que foi consensualizado no ano de 2016 (dois mil e dezasseis), desde essa data até hoje muito caminho temos percorrido. Têm percebido que em todos os anos temos melhorado sempre a proposta, também este ano, é verdade, o valor que está expresso nesta proposta quer em termos globais, e necessariamente desagregados, e individuais traduz o incremento idêntico àquilo que era, à data, o conhecimento da inflação expectável de 2022 (dois mil e vinte e dois). ---

Portanto, o valor que está expresso nesta proposta de transferência financeira, tem um incremento de 7,8% (sete vírgula oito por cento), relativamente ao ano anterior. O valor que nós trazemos aqui para que possam apreciar e votar, é um apoio financeiro para todas as Freguesias do Concelho para as finalidades que cada uma delas enunciou como sendo prioritárias e que traduz um compromisso global de mais de 900 000,00€ (novecentos mil euros), penso que são 922 000,00€ (novecentos e vinte e dois mil euros) que é o valor encontrado depois de ser feita a correção relativamente a um valor para a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior que importava corrigir. Portanto, é isso que esperamos durante o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) conseguir consensualizar com todas as Freguesias, a transferência de competências entre o Município e as Freguesias nos domínios que já foram antes identificados para que no próximo ano nós tenhamos mais estabilidade nessas dimensões, naturalmente com transparência e com clareza. É verdade que se fizermos um reforço no que diz respeito à transferência de competências, faremos um ajustamento no que concerne ao protocolo, porque, verdadeiramente, do que estamos a falar é de um apoio financeiro para competências próprias de cada uma das Freguesias ou União de Freguesias. Por isso, ainda assim, dizer que, provavelmente, não corresponde àquilo que seja o desejo de cada uma das Freguesias, percebo que gostariam que o financiamento pudesse ser ainda mais reforçado. De qualquer das formas, dizer uma coisa que é verdade, o valor do incremento do Município para as Freguesias é superior ao valor do incremento que os Municípios tiveram por conta do FEF, muito obrigado a todos. -----

-----  
Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

-----  
**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo PSD, no uso da palavra disse, -----  
Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário da mesma, senhor Presidente do Executivo, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal, colaboradores da Autarquia e público se presente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente esta proposta acompanhando o sentido de voto dos nossos 2 (dois) Vereadores em sessão de Câmara de 30 de março, o Vereador engenheiro Carlos Teixeira e o Vereador engenheiro Francisco Tavares e votamos por convicção. -----

Efetivamente, esta matéria, como já foi explicada pelo Senhor Presidente da Câmara, é uma matéria que é também, podemos dizê-lo, uma das grandes conquistas do 25 de abril que é o poder autárquico, que é o poder local. Estas descentralizações que têm vindo a ser sucessivamente feitas, descentralizações de competências quer da Administração Central para a Administração Local e, dentro dessas, das Câmaras para as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia possuem competências e atribuições próprias, fruto da lei. Os valores que estão aqui elencados, como demonstra o anexo desta proposta, são sucintamente para proceder à manutenção e à conservação de arruamentos e de pavimentos pedonais com exceção da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior que será também para a gestão do espaço do cidadão e para o festival infantil da canção, como diz o senhor Presidente da Câmara, isto traduz um incremento relativamente ao ano anterior de mais de 900 000,00€ (novecentos mil euros), ou seja, 907 100,00€ (novecentos e sete mil e cem euros) e depois a posterior correção do valor que estava na proposta nº30/GAPV, depois retificada pela proposta Nº37/GAPV que faz essa correção precisamente aos valores da Freguesia de Santa Maria Maior e para nós, Partido Social Democrata, como sempre dissemos no passado, dizemo-lo hoje e continuaremos a dizê-lo no futuro, sempre e quando as senhoras e os senhores Membros das Assembleias de Freguesia e Presidentes de Junta continuem a desenvolver o trabalho de proximidade, um trabalho profícuo sempre em prol e desenvolvimento das suas populações e que leva à concretização dos objetivos que a todos norteiam desde, também como referi, o início do 25 de abril. Por isso mesmo votaremos favoravelmente esta proposta de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para a concretização das suas competências e atribuições próprias. Obrigado. -----

**Artur Jorge André Dias**, Presidente de Junta de **Freguesia de Outeiro Seco**, no uso da palavra disse: -----

*“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes da Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente e comunicação social.... -----*

*A Freguesia enquanto entidade autárquica que maior proximidade tem para com os seus cidadãos, faz com que tenha uma posição privilegiada para o desenvolvimento das atribuições e competências que lhe são designadas. -----*

*É verdade que temos, nestes últimos anos, assistido a um reforço das atribuições e competências das Freguesias, por via da descentralização, e noutros casos, através de delegação de competências. Em ambos os casos, a nosso ver, tal significa o reconhecimento, quer pela administração central quer pela administração municipal, da importância do labor das Freguesias. -----*

*Desde o ano de 2018, tem havido por parte do Município, uma preocupação constante no apoio às Freguesias para o exercício de competências próprias, totalizando um valor próximo dos 5 milhões de euros, em apenas seis anos. -----*

*Em relação ao ano de 2022, houve uma atualização de 7,8% do valor. -----*

*É de salientar, que a, transferência atempada de recursos financeiros da câmara municipal para as freguesias é crucial para o bom funcionamento da governação local e para assegurar a satisfação das necessidades das comunidades locais. -----*

*Isto permite que, as freguesias possam planear e implementar projetos e programas que beneficiem as suas comunidades. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*Estas transferências financeiras mostram que o município para além de, valorizar também apoia o trabalho realizado pelas freguesias. -----  
Nunca como hoje a câmara municipal cumpriu a palavra dada... nunca como hoje a câmara municipal honra os seus compromissos com as comunidades.” -----*

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----  
Reitero os cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e aos senhores Membros desta Assembleia Municipal, sobre esta matéria, registo a evolução que o PSD demonstra, porque, noutros momentos, perante propostas que iam também no sentido de reforço do apoio financeiro, absteve-se. Portanto, registamos com muito agrado a evolução e que possam acompanhar este apoio financeiro às freguesias. Dizer que é com agrado que registo também esta pronúncia do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco, Artur Dias, que no essencial traduz aquilo que é uma avaliação mais ou menos comum a todos que é, de facto tem havido um reforço do poder local ainda insuficiente e que desejavelmente gostaríamos que pudesse ser mais e de uma forma mais consistente. Esse reforço tem sido feito naturalmente com reforço de atribuições e de competências e de alguns recursos financeiros da administração central, também paulatinamente de forma consistente e crescente por parte do município relativamente quer a questões logísticas, quer naturalmente a questões financeiras. -----

O apoio financeiro que está expresso nessa proposta global que é acima de 918 000,00€ (novecentos e dezoito mil euros), diz bem do esforço financeiro que o município tem feito e que naturalmente quer continuar a empreender para que possamos ter valores ainda mais bondosos para o futuro. Contudo, dizer que essa exigência tem sido colocada não só na definição dos montantes, mas, sobretudo, e que me parece absolutamente essencial, que é naquilo que é o cumprimento dos compromissos assumidos. Contrariamente ao que acontecia outrora em que em muitos casos os apoios financeiros do protocolo eram satisfeitos financeiramente 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos após a sua aprovação. Fica mais uma vez aqui o compromisso à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, que nós e quando digo nós, falo naturalmente câmara municipal, terá condições para cumprir esta obrigação que acredito seja aprovada de forma subsequente que é pagar 50% (cinquenta por cento) desse valor logo que cada um das freguesias esteja em condições de subscrever o respetivo protocolo e pode ser, portanto, já no mês de maio e depois o remanescente os restantes 50% (cinquenta por cento) em setembro de 2023. Portanto, esse é o nosso compromisso financeiro, fizemos no passado e estamos em condições de o fazer hoje, e não é para fazer obras eleitoristas, só o podemos fazer, porque estamos a fazer uma boa gestão e temos uma tesouraria robusta, muito obrigado. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade.** -----

PONTO 10 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – PLANEAMENTO E GESTÃO DE FUNDOS EUROPEUS. PROPOSTA N.º 25/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria com sessenta e quatro votos a favor e onze votos em branco.** -----

PONTO 11 – ANÁLISE DOS RELATÓRIOS RELATIVOS AOS 2º E 3º SEMESTRES DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE METALOME, LDA. – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº05/DDE/2023, DA ENG<sup>a</sup> CLÁUDIA FERREIRA 03.03.2023; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 12 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA CONDE DE LINHARES, SANTA CRUZ/TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJUEGE, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 93/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 89/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 13 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ESPELHOS – NAS LOCALIDADES DE COUTO E AGRELA, FREGUESIA DE ERVEDEDO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO – PROCESSO Nº 95/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 90/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 14 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DA CURTINHA, NA POVOAÇÃO DE CURALHA, FREGUESIA DE CURALHA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE CURALHA – PROCESSO Nº 180/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 135/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/03/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 15 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NUMA CURVA DA E.M. 504, – EM LAMA DE ARCOS, FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 126/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO FRANCISCO RODRIGUES ALVES, DATADA DE 01/03/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 16 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DR. ANTÓNIO DE CARVALHO E SOUSA, EM SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, PEDIDO APRESENTADO ATRAVÉS DO PORTAL DA QUEIXA – PROCESSO Nº 188/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 136/DPM/2023 DA DIVISÃO





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/03/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 17 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NA RUA DA VÁRZEA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PEDIDO APRESENTADO PELO GABINETE DE ATENDIMENTO SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 204/23, INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 163/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO, BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/03/2023. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----  
Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

Por último, o Presidente da Mesa, Altamiro da Ressurreição Claro, no uso da palavra disse: -----

Quero em meu nome pessoal e da Mesa agradecer a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vocês. Obrigado. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º Secretário: \_\_\_\_\_

A funcionária: \_\_\_\_\_